



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS – LICENCIATURA**

FABIANA GONÇALVES DE SOUZA CLAUDIO

**COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES:
UMA ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO ÂMBITO DA LUTA PELO
DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

FABIANA GONÇALVES DE SOUZA CLAUDIO

**COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES:
UMA ANÁLISE DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO ÂMBITO DA LUTA PELO
DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Ms. Alex Verdério

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Claudio, Fabiana Gonçalves de Souza

Colégio Estadual do Campo Chico Mendes:: Uma análise de sua trajetória histórica no âmbito da luta pelo direito à educação escolar / Fabiana Gonçalves de Souza Claudio. -- 2017.

67 f.:il.

Orientador: Alex Verdério.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Interdisciplinar em Educação do campo - ciências sociais e humanas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Conquista . 2. Escola Itinerante. 3. MST. 4. Luta. 5. Direito à educação no Campo . I. Verdério, Alex, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



FABIANA GONÇALVES DE SOUZA CLAUDIO

**COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES: UMA ANÁLISE
DE SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO ÂMBITO DA LUTA PELO
DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Laranjeiras do Sul*.

Orientador: Prof. Me. Alex Verdério

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

29/11/2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Alex Verdério


Prof. Ma. Ana Cristina Hammel


Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

Dedico este trabalho aos meus pais, Jonas D. de Souza e a Maria G. de Souza e ao meu companheiro Cleudemir Claudio, tenho-os como exemplo de luta e de persistência. Com toda garra encararam a luta pela terra e em meio aos momentos difíceis da vida sempre me apoiaram, incentivando-me a seguir nos estudos.

AGRADECIMENTOS

O sonho parece ser tão real quando a gente não acorda, e hoje vivo a realidade que mais parece um sonho.

Foi preciso muito esforço, superação, determinação, paciência, perseverança para chegar até aqui, e nada conseguiria sem apoio e incentivo, assim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este momento viesse a se concretizar.

AGRADEÇO.

À Deus pela vida e pela força que proporciona-me todos os dias para manter-se de pé.

À meu companheiro Cleudemir Claudio, pelo carinho, paciência e compreensão nesta caminhada, o qual se dedicou em minha ausência a cuidar e zelar por nossas conquistas.

À meus pais Jonas Dias S. e Maria G. Souza pelo apoio no decorrer destes anos fazendo-me sempre mais forte para seguir em frente.

À meu irmão Thiago que inúmeras vezes ajudou, sempre disposto a qualquer situação a qualquer hora, à sua companheira Rose, amiga, uma irmã que, assim como meu irmão, esteve ao meu lado, sorrindo e também sofrendo comigo.

Às minhas amigas, cada uma do seu jeito particular, mas que juntas formam uma bela orquestra, cada uma ensinou algo nesta caminhada que segue.

À Marcelaine Reguelin, sempre preocupada com os demais, orientou-me o caminho, o passo a passo para a universidade, seu incentivo e dedicação com a juventude na ocasião foram fundamentais, o que possibilitou que muitos dessem o primeiro passo para ingresso na universidade.

Ao professor Alex Verdério, que com sabedoria, paciência e dedicação dispôs do seu valioso tempo para minha orientação em cada passo deste trabalho e também a banca de qualificação e defesa, professora Ana Cristina Hammel e professor Roberto Antônio Finatto que com rigor e comprometimento trouxeram contribuições importantes para este estudo.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

À todos, mesmo não estando citados neste escrito mas que contribuíram para mais um passo em minha jornada.

“[...] nos confirma também a necessidade de olhar com particular interesse o movimento social a partir de situações e dos sujeitos que realizam anonimamente a história.” (ROCKWELL; EZEPELETA, 2007, p. 133).

RESUMO

A pesquisa intitulada “Colégio Estadual do Campo Chico Mendes: uma análise de sua trajetória histórica no âmbito da luta pelo direito à educação escolar” colocou-se na perspectiva de historicizar a trajetória do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, tendo como objetivo sistematizar a trajetória histórica do Colégio a partir da análise acerca da luta pelo direito à educação no contexto do MST e as perspectivas sobre a escola a partir dos sujeitos que a constituem – Comunidade Assentada, Equipe Pedagógica e Estudantes. A partir deste objetivo desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: i) Registrar a trajetória histórica do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes; ii) Analisar o marco legal que dá base para as políticas públicas de Educação do Campo em conexão com a luta pelo direito à educação escolar no contexto do MST e iii) Sistematizar e refletir sobre as perspectivas da Comunidade Escolar – Comunidade Assentada, Equipe Pedagógica e Estudantes – em relação a conquista da estrutura física do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes e sua inserção no Assentamento Celso Furtado. Para alcance dos objetivos propostos, procedeu-se com a pesquisa qualitativa, por meio da qual foram desenvolvidos estudos bibliográficos e pesquisa de campo, com posterior análise dos dados provenientes do material empírico. A sistematização dos resultados da pesquisa está organizada em quatro partes: Introdução; Contextualização do Assentamento Celso Furtado e da luta pelo direito à educação no MST a partir da instituição da Escola Itinerante no Acampamento José Abílio dos Santos; Análise da política pública de Educação do Campo, a partir da luta do MST e da escola do campo no contexto da reforma agrária e Análise do processo de construção da estrutura física do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, considerando os percalços deste processo em diálogo com as perspectivas dos sujeitos que constituem a Comunidade Escolar. Neste sentido, foi analisada a trajetória vivenciada pelo Colégio que, dentre outros fatores, possibilitou a visibilidade dos sujeitos, agentes históricos, muitas vezes esquecidos, mas que são base da história que ocorre de baixo para cima. O percurso de pesquisa permite contribuir com uma análise sobre o processo histórico, que se torna formativo, movido pela luta coletiva, centrada em questões profundamente vinculadas a vida dos sujeitos.

Palavras-chaves: Processo histórico. Direito à educação. Educação do Campo. Perspectivas.

ABSTRACT

The research entitled "Chico Mendes Field State College: an analysis of its historical trajectory in the context of the struggle for the right to school education "was prospect of historicizing the trajectory of the Campo Chico Mendes State as objective to systematize the historical trajectory of the College from the analysis about the struggle for the right to education in the context of the MST and the perspectives on the school from the subjects that constitute it - Seated Community, Pedagogical Team and. Based on this objective, the following specific objectives were developed: i) To record the historical trajectory of the Campo Chico Mendes State College; ii) Analyze the legal framework that provides the basis for public education policies in the Field in connection with the struggle for the right to school education in the context of the MST and iii) Systematize and reflect on the perspectives of the School Community - Seated Community, Pedagogical Team and Students - in relation to the achievement of the physical structure of the Campo Chico Mendes State College and its insertion in the Celso Furtado. In order to reach the proposed objectives, a qualitative research was carried out, through which bibliographical studies and field research were developed, with subsequent analysis of data from the empirical material. The systematization of the results of the research is organized in four parts: Introduction; Contextualization of the Celso Furtado settlement and the fight for the right to education in the MST from the institution of the Itinerant School in the Camp; Analysis of the public policy of Field Education, based on the struggle of the MST and the rural school in the context of the agrarian reform and Analysis of the process of construction of the physical structure of the Campo Chico Mendes State College, considering the mishaps of this process in dialogue with the perspectives of the subjects that make up the School. In this sense, it was analyzed the trajectory experienced by the College, which, among other factors, allowed the visibility of the subjects, historical agents, often forgotten, but who are the basis of history that occurs from the bottom up. The course of research allows us to contribute with an analysis about the historical process, which becomes formative, driven by collective struggle, centered on issues deeply linked to the subjects' lives.

Keywords: Historical process. Right to education. Field Education. Perspectives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Fotografia 1 - Escola Itinerante (2003) 1º estrutura física – Quedas do Iguaçu PR..... | 45 |
| Fotografia 2 – Esquerda – Salas de aula da barracas de lona - Direita - Espaço improvisado..... | 46 |
| Fotografia 3 - Estrutura física arrodado de tabuas e de chão batido..... | 46 |
| Fotografia 4 - Estrutura do CECCM por um período de seis (6) anos anterior a estrutura própria definitiva..... | 47 |
| Fotografia 5 – Esquerda - Princípio da construção – Direita - Obra paralisada..... | 50 |
| Fotografia 6 - O CECCM teve suas atividades pelo período de um ano letivo em estrutura cedido pela prefeitura na área urbana (2015) | 51 |
| Fotografia 7 – Retomada da construção do CECCM 2016..... | 53 |
| Quadro 1: Trajetória de construção do CECCM..... | 54 |
| Fotografia 8 – Finalização e entrega da construção do CECCM..... | 54 |

LISTA DE SIGLAS

APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários
CECCM – Colégio Estadual do Campo Chico Mendes
CEE/PR – Conselho Estadual de Educação do Paraná
CNE – Conselho Nacional De Educação
CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEJC – Instituto de Educação Josué de Castro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE – Núcleo Regional de Educação
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEED/PR – Secretaria de Estado de Educação
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO E A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO | 17 |
| 2.1 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO | 17 |
| 2.2 A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO NO MST | 22 |
| 2.3 CONQUISTA E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES | 25 |
| 2.4 TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE PARA O COLÉGIO ESTADUAL..... | 28 |
| 3 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO | 31 |
| 3.1 O MST E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO..... | 31 |
| 3.2 A CONSTITUIÇÃO DO MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO | 34 |
| 3.3 A ESCOLA DO CAMPO NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA | 38 |
| 4 A CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES EM DIÁLOGO COM AS PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS QUE A CONSTITUEM | 42 |
| 4.1 OS PERCALÇOS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES | 43 |
| 5 CONSIDERAÇÕES | 57 |
| REFERÊNCIAS | 61 |
| APÊNDICE A – Questões da Pesquisa de Campo | 65 |
| ANEXO A – Matéria sobre a inauguração da Escola Itinerante Chico Mendes (JST, 2003) | 66 |
| ANEXO B – Registro Inauguração da 5ª a 8ª serie, 16/02/2004 (SILVA, 2004) | 67 |

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, intitulada “Colégio Chico Mendes: uma análise de sua trajetória histórica no âmbito da luta pelo direito à educação escolar” busca registrar a trajetória histórica do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes (CECCM) localizado no Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu, Região Centro-Sul do Paraná. Destaca-se que o presente estudo sobre o CECCM revela-se pela importância de ter sido a primeira Escola Itinerante a ser reconhecida no Estado do Paraná, visto que, toda a trajetória do Colégio foi e continua sendo palco de muitas lutas.

Minha aproximação com Colégio Chico Mendes é fruto da participação do processo de luta pela terra e conseqüentemente a luta pela educação. Minha atuação na escola na formação de jovens e adultos bem como a militância junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) me propiciaram aprendizados importantes acerca da forma de organização escolar, dos processos organizativos dos Acampamentos e de suas especificidades, das problemáticas e das possibilidades de se fazer uma escola articulada à luta pela terra.

O envolvimento na educação despertou-me o interesse e a necessidade de maior apropriação teórica acerca das questões relacionadas ao debate educacional dos povos trabalhadores do campo. Assim, para minha maior qualificação, passados seis anos após ter concluído o Ensino Médio, insiro-me no curso de graduação – Licenciatura em Educação no Campo (2013-2017), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Esse espaço de formação privilegiou importantes discussões acerca de uma educação diferente dos moldes tradicionais, ou seja, uma educação voltada para a realidade da classe trabalhadora. Sem dúvida a inserção na graduação, somada à vivência no Acampamento José Abílio dos Santos¹ e em distintos espaços de formação influenciaram-me diretamente na sistematização desta pesquisa.

A inquietação em sistematizar historicamente o processo de conquista e consolidação do Colégio Chico Mendes ocorre do fato da luta massiva² para a consolidação da primeira Escola Itinerante no Estado do Paraná (2003) e posteriormente (2007) sua transição, de Escola Itinerante para a rede estadual de ensino. Neste processo, visualiza-se a difícil compreensão

¹ Acampamento organizado a princípio na BR 158, nas proximidades do município de Laranjeiras do Sul passando a se instalar definitivamente até o processo de Assentamento (2005) no município de Quedas do Iguaçu-PR.

² Famílias acampadas, dirigentes, setor de educação.

do Estado em amparar o Colégio com questões essenciais como, a construção do prédio escolar. O Colégio teve suas atividades em instalações provisórias por exatos dez anos, após ser vinculado à rede estadual de ensino.

Neste sentido, as questões envolvendo o tema foram aprofundadas e organizadas para a elaboração desta pesquisa, a qual serviu de embasamento para a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso na forma de monografia.

Nestes aspectos, a questão que orienta este estudo busca entender aquilo que aqui pode ser apresentado mediante o seguinte questionamento: Como conhecer os espaços e as formas concretas conjunturais sem a teoria? Como ressalta Rockwell e Ezepeleta (2007, p. 133) “Nossa valorização do trabalho teórico surge, sem dúvida, das necessidades da prática [...]. Questionar e transformar os conceitos e práticas vigentes na educação requer ainda muita construção teórica.”.

Partindo desta questão, definiu-se como objetivo geral da presente pesquisa a necessidade de sistematizar a trajetória histórica do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes a partir da análise acerca da luta pelo direito à educação no contexto do MST e as perspectivas sobre a escola a partir dos sujeitos que a constitui – Comunidade Assentada, Equipe Pedagógica e Estudantes. Em diálogo com o objetivo geral, desdobrou-se os seguintes objetivos específicos: i) Registrar a trajetória histórica do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes; ii) Analisar o marco legal que dá base para as políticas públicas de Educação do Campo em conexão com a luta pelo direito à escola no contexto do MST; iii) Sistematizar e refletir sobre as perspectivas da Comunidade Escolar – Comunidade Assentada, Equipe Pedagógica e Estudantes – em relação à conquista da estrutura física do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes e sua inserção no Assentamento Celso Furtado.

Para que a pesquisa fosse além da descrição dos fatos e para que os objetivos fossem alcançados fez-se necessário rigor metodológico. Assim, para o desenvolvimento da presente pesquisa utilizou-se levantamento das produções existentes sobre o tema, no qual encontramos sistematização em Dossiê, Dissertação de Mestrado, Tese de Doutorado, Artigos, Cadernos da Escola Itinerante do MST junto também com a sistematização da própria experiência.

Para a produção dos dados a partir do referencial empírico, anterior a inserção no campo de pesquisa, foram realizados estudos bibliográficos relacionados ao processo de pesquisa, o que foi fundamental possibilitando maior clareza na metodologia adotada junto ao campo de pesquisa, potencializando e aperfeiçoando a criatividade do investigador, assim

destaca-se as contribuições de Deslandes (2002), Minayo (2002) e Lessard-Hérbert, Goyette e Boutin (2012), Ludke e André (1986).

A inserção junto ao campo de pesquisa ocorreu de forma tranquila, tendo por referência um planejamento anterior, que possibilitou o desenvolvimento da observação, do diálogo e a vivência junto ao referencial empírico. Destaca-se, que a relação direta com os sujeitos colaboradores da pesquisa – Equipe Pedagógica, Comunidade Assentada e os Estudantes teve boa aceitação, o que afirmou a necessidade de sistematização histórica do Colégio, principalmente quando considerados os que acompanham e fazem a trajetória de luta, tanto do Assentamento quanto a do Colégio.

Referente ao primeiro capítulo da monografia, este está colocado na perspectiva de compreender o processo de ocupação e consolidação do Assentamento Celso Furtado em diálogo direto com a luta pelo direito à educação no contexto do MST ressaltando a conquista, consolidação e a transição da Escola Itinerante para Colégio Estadual. Neste contexto, de ocupação e consolidação do Assentamento verifica-se que emerge também a luta pela educação, dando fôlego para construção da Escola Itinerante Chico Mendes, sendo esta criada para suprir as demandas de escolarização dos acampados, em especial dos filhos dos acampados. Uma escola que se vincula a processos organizativos da comunidade na qual se insere. Segundo Knopf (2013, p. 19) “[...] a Escola Itinerante foi determinada por um momento histórico, pensada e projetada desde uma necessidade histórica.”.

O segundo capítulo da monografia aborda a questão da política pública de Educação do Campo, visualizando a luta do MST e a constituição de um marco que da base legal para essa educação, de forma a compreender a escola no contexto da reforma agrária, com destaque para o estudo e análise dos marcos normativos da Educação do Campo (MEC, 2012).

No terceiro e último capítulo da monografia é apresentada a análise e a sistematização do material empírico, objetivando a contextualização da construção do prédio escolar do CECCM, ressaltando os percalços na construção e ainda, destaca pontos que visa as perspectivas dos sujeitos (Grupo A – Estudantes, Grupo B – Comunidade Assentada, Grupo C – Equipe Pedagógica), em relação a educação. Este capítulo também traz reflexões da autora, já que acompanha o processo tanto da luta³ pela terra quanto as lutas travadas para a conquista do novo prédio escolar.

³ Luta: no sentido de oposição a sociedade vigente.

Como mencionado anteriormente, para sistematização do terceiro capítulo, o procedimento utilizado é de caráter empírico. A análise é proveniente dos sujeitos envolvidos com a Comunidade Escolar. Assim, o registro das entrevistas ocorreu em um só dia, ocasião favorável onde se encontravam os diferentes sujeitos (Comunidade Assentada, Equipe Pedagógica e Estudantes), tratava-se de uma reunião escolar. A opção pelos sujeitos integrantes dos três grupos ocorreu pela seguinte forma: Grupo A – Estudantes, para este grupo a opção ocorreu em conjunto com a Direção do Colégio, optamos por estudantes do Ensino Médio (3º ano) pelo fato de vivenciar e acompanhar diariamente a rotina escolar a mais tempo e por terem também conhecimento de fatos da história do Assentamento, já que os entrevistados são filhos dos assentados; Grupo B – Comunidade Assentada, estes tiveram a participação tanto na luta pela terra e consolidação do Assentamento Celso Furtado, quanto participaram da luta do CECCM; Grupo C – Equipe Pedagógica⁴, estes mediante orientação da Direção do Colégio que atua desde 2007 contribuiu com a indicação dos professores que trabalham a mais tempo na instituição, os que acompanharam e continuam vivenciando a história do CECCM.

Optou-se por três integrantes em cada grupo, sendo selecionados pessoas onde houvessem unanimidade na compreensão e no diálogo do processo, três integrantes no sentido de maior contribuição da pesquisa.

Como dito anteriormente, a opção pelos grupos ocorreu de forma prévia em diálogo com a Direção da instituição, neste sentido, a produção dos dados da pesquisa se deu mediante entrevista gravada a partir de questionário pré-elaborado com questões direcionadas à pesquisa, posteriormente a entrevista foi sistematizada.

⁴ Direção e professores oriundos da área urbana.

2 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO E A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

[...] porque todas as ações dos homens são históricas e, como tal carregam as marcas de seu tempo.
(Helena Copetti Callai)⁵

A primeira parte do presente capítulo busca sistematizar de forma simples e concisa o histórico do Assentamento Celso Furtado, com objetivo de ressaltar a luta das famílias acampadas (2003) até a consolidação do Assentamento (2005), o qual se insere como resultado da luta dos movimentos sociais, mais especificamente o MST.

Neste contexto, na segunda parte será destacada a significância da luta pelo direito à educação no MST, discutindo a educação para a classe trabalhadora, em seguida, na terceira e na quarta parte são recuperados elementos acerca da trajetória da Escola Itinerante, perpassando pelo processo de conquista, consolidação e a transição de Escola Itinerante para Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.

2.1 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

O Assentamento Celso Furtado está localizado no município de Quedas do Iguaçu, região Centro-Sul do Paraná. O Assentamento é constituído de aproximadamente 1.089 famílias que em 2003 na condição de acampadas se organizaram as margens da BR 158 entre o município de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu-PR.

O processo de constituição do Assentamento Celso Furtado, conforme registros sistematizados nos Cadernos da Escola Itinerante (MST, 2008), ocorreu em meados de 2003, quando aproximadamente 2.400 famílias oriundas de diversas localidades do Brasil, inclusive de outros países, reuniram-se em torno de um mesmo objetivo: a luta pela terra.

Embora não seja o objetivo refletir sobre a origem de todos os destituídos da terra no Brasil, é importante registrar a reflexão de Knopf (2013) acerca do surgimento dos Sem Terra no Paraná, que conforme afirma a autora,

No caso do Paraná, [...] outro determinante para o surgimento do MST foi a inundação causada pela barragem de Itaipu, para a instalação da Hidroelétrica Itaipu Binacional, que desabrigou centenas de pequenos produtores deste estado. Aos poucos, esses expropriados se unem e encontram na sua organização social o instrumental disponível para recuperar as terras. (KNOPF, 2013, p. 59).

⁵ Doutora em Geografia, Callai (2005, p. 240).

Diante destes fatos, as famílias que integrariam o Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu, se vincularam ao MST no ano de 2003, dando origem ao Acampamento nas margens da BR 158.

O Acampamento que levou o nome de José Abílio dos Santos⁶ foi constituído por diferentes sujeitos, de várias realidades (famílias que por algum motivo não conseguiram a terra em outros Acampamentos, crianças, jovens, idosos), sem nenhuma condição digna de vida, sujeitos que historicamente foram excluídos.

Neste contexto de exclusão, na região Centro-Sul do Paraná, historicamente tem se afirmado a luta pela terra. Assim, coloca-se a organização destas famílias em busca de melhores condições de vida, onde pudessem tirar o sustento da terra, já que sem ela não há condição digna de sobrevivência para o camponês.

Para melhor compreensão do processo de consolidação do Assentamento Celso Furtado, faz-se necessário uma breve retrospectiva do processo de ocupação ocorrido em 1996, anterior à constituição do Acampamento José Abílio dos Santos em 2003.

No dia 17 de abril de 1996 aproximadamente 3 mil famílias ocuparam uma área de 80 mil hectares pertencente ao latifundiário Giacomet Marodim,⁷ foi uma das maiores ocupações realizadas pelo MST no Estado do Paraná. A persistência e a permanência das famílias Sem Terra na área pressionou o processo de desapropriação, constituindo-se os assentamentos Ireno Alves do Santos⁸ e Marcos Freire.⁹

No dia 10 de maio de 1999, mais de 800 famílias ocuparam outra parte da mesma fazenda, que após alguns anos se confirmou assentamento.

A conquista de partes da fazenda Giacomet Marodim, onde estão localizados os assentamentos citados anteriormente, corresponde a aproximadamente 50% das terras improdutivas da fazenda (MST, 2008, p. 41-42).

Após três anos de luta pela terra no Estado do Paraná (1996-1999) se dá mais uma conquista. No dia 12 de julho de 2003 centenas de famílias ocupam mais uma parte do Complexo Giacomet-Marodim. Segundo o morador da comunidade assentada no Assentamento Celso Furtado,

Foi no dia 11 de julho de 2003 que, em uma assembleia no período da tarde que ficou decidido que na mesma noite do dia 11 por volta das onze horas, amanhecendo para o dia 12 uma parte das centenas de famílias partiram rumo a ocupação, alguns de ônibus, outros de caminhão, carro baixo, moto, com que tinham de transporte, a outra parte, permaneceu no acampamento, desmontando acampamento prá no outro

⁶ Senhor acampado as margens da BR 185, faleceu, vítima de atropelamento.

⁷ Nome da família que assumiu de forma questionável domínio de uma extensa faixa de terras dando origem ao Complexo Giacomet Marodim, atualmente sob domínio da Empresa Araupel S/A.

⁸ Dirigente do MST, falecido em acidente de carro no dia 24 de dezembro de 1996.

⁹ Ex ministro da Reforma Agrária, falecido em acidente aéreo em 1987.

dia se juntar às primeiras famílias. Todos estavam com bastante receio porque não sabíamos o que encontraríamos pela frente, tínhamos que atravessar todo o mato da empresa, esperamos por cerca de um hora até que o dia começasse a amanhecer, era uma noite muito fria, a geada cobria tudo. Quando chegamos pela manhã os acampados da região da bacia já estava lá, já tinham rendido os guardas da fazenda, estávamos em cerca de 2 mil pessoas no dia da ocupação. Pelas seis da manhã era uma movimentação só, o povo sem muito saber o que fazer, andava de um lado pra outro. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Diante do novo processo de ocupação, as famílias organizaram-se no interior da Fazenda, preparando suas barracas de lona, organizando-se enquanto Movimento de luta e de resistência, pois conforme afirma Stédile,

[...] o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. Na interpretação das esquerdas, uma organização política é uma organização fechada, de quadros e tal. Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder sua base social ou o contato com o povo, aí se foi [...] (STÉDILE e MANÇANO, 2000, p.81).

Neste sentido, as famílias acampadas organizaram os Setores de Trabalho, de acordo com a demanda existente na nova ocupação, assim, foram estruturados os Setores de Educação, de Finanças, de Frente de Massa, de Saúde, de Disciplina, de Formação, de Alimentação, de Comunicação, de Infraestrutura, de Gênero, de Esporte e de Lazer. O integrante da Comunidade Assentada segue em seu depoimento, com a descrição do dia da ocupação, citando também a importância dos setores.

O setor frente de massa já se preocupou em fechar as estradas que dava acesso a entrada ao interior da fazenda. O setor da infra já foi marcando os espaços e organizando as estruturas para a construção dos barraco, nisto, já começou os helicópteros rondando a área. Na parte da tarde, apareceu uma carreata de manifestantes vindo da cidade junto com a polícia, nós fizemos uma corrente humana, mas já tinha uma correntão impedindo que eles entrassem na fazenda. A liderança do movimento conversou com os policiais e manifestantes para que não desse nenhum confronto. Assim, no período de três, quatro dias com um trabalho formiguinha o acampamento foi se desenvolvendo, parecia uma cidade de lona preta. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

A ocupação de mais uma parte do Complexo Giacomet-Marodim em 2003 teve como ponto de centralização das famílias o interior da área ocupada, ou seja, a Sede da Fazenda. O local possuía várias estruturas físicas, das quais todas foram utilizadas em benefício do Acampamento para instalação da farmácia, supermercado, casa da costura, secretaria, casa da sopa, telecentros, inclusive uma rádio comunitária, tudo organizado pelos Setores de Trabalho.

É importante também destacar, por ser uma espécie de “Sede” o interior da Fazenda contava com uma importante infraestrutura, (cobertura para maquinários e equipamentos agrícolas, galpões, silos em funcionamento e outros) como mencionado anteriormente, todas as estruturas foram utilizadas para organização do Acampamento.

O processo de negociação da área, não foi tão lento, se considerado que muitos Acampamentos contabilizam anos de espera. A luta e a persistências das famílias acampadas levou a desapropriação da área no final do segundo semestre de 2005, iniciando-se neste mesmo ano o processo de transição de Acampamento para Assentamento.

Um dos elementos de grande relevância no processo de transição foi a organicidade e a coletividade do povo. Cada coletivo (Brigada)¹⁰ assumiu responsabilidades (tarefas que foram assumidas ainda na condição de acampados), com o objetivo de manter os Setores de Trabalho e desenvolver as tarefas em suas respectivas Comunidades¹¹.

Neste contexto, as famílias acampadas se deslocaram para suas respectivas propriedades. Para além de se estabelecerem em suas moradias, as famílias também assumiram alguns compromissos como, dar continuidade ao processo da Escola Itinerante, um compromisso assumido quando ainda na condição de acampados na BR 158 em 2003.

Em 2003, mesmo ainda não aprovada a Escola Itinerante, o Acampamento já dispunha de atividades educativas, iniciadas ainda nas margens da BR 158. Naquela localidade as atividades pedagógicas ocorriam como extensão de uma escola de Laranjeiras do Sul, município mais próximo ao Acampamento José Abílio dos Santos.

No final de 2005 já no município de Quedas do Iguaçu, a Escola Chico Mendes estava próximo de deixar a itinerância (2007), entendendo que a escola deixa de ser Itinerante quando há a transição de acampamento para assentamento. O processo de deslocamento das famílias para suas respectivas propriedades é ressaltado por um integrante da Comunidade.

Cada setor saiu do acampamento com a sua tarefa para desenvolver na sua comunidade, a principal tarefa foi de montar a escola, de qualquer forma a escola tinha que ser construída, era preciso, de lona e de chão batido, com o material que tivesse, era tudo improvisado, algum material foi levado da sede do acampamento, foi muito difícil até organizar tudo, tanto a escola quanto a moradia, tudo tinha que começar do zero, mais a organização de roçar, limpar o local da escola, foi feito pelo coletivo dos pais que sempre ajudava. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

¹⁰ Coletivo contendo 50 famílias cada.

¹¹ Coletivo de 50 famílias, organizados ainda no acampamento concentrados em torno dos “Silos” que deram origem às comunidades.

Em 2006 as famílias já desfrutavam da conquista, o sonho se tornará realidade na vida simples dos então assentados. Com a constituição do Assentamento alguns aspectos mudaram na realidade de Quedas do Iguaçu, por exemplo, a população aumentou o que originou mudanças estruturais e econômicas significativas no município. A população quedense após o Assentamento se tornou outra, como pode-se identificar nas falas dos próprios educadores que atuam na escola desde o início do Acampamento.

A consolidação do Assentamento levou a uma mudança radical, a forma de produção mudou radicalmente, houve muito mais investimentos na área urbana, muitas construções, o giro econômico desenvolveu muito mais que anterior ao assentamento. Apesar de muitos não concordarem, mas, sem dúvida o assentamento só contribuiu e continua contribuindo para o crescimento de Quedas, o comércio local nunca mais foi o mesmo. O Assentamento proporcionou muito mais emprego, nos diversos ramos, inclusive na educação. Com o assentamento veio a escola e com a escola a efetivação de muitos professores. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

Neste aspecto de consolidação do Assentamento Celso Furtado, torna-se relevante ressaltar elementos fundamentais de localização e organização das Comunidades. Conforme depoimento de uma assentada, sistematizado a partir das entrevistas, “De princípio foi estabelecido pela direção do acampamento 14 comunidades pequenas, de onde se definiu três grandes centros, Comunidade Bom Jesus, Comunidade Dez de Maio e Comunidade Renascer.”. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Das referidas Comunidades, mencionadas pelo entrevistado, destaca-se a Comunidade Renascer, onde se insere o Colégio Estadual do Campo Chico Mendes. Esta Comunidade ainda está em processo de constituição, além do Colégio Estadual, conta com a Escola Municipal nomeada como Roseli Nunes¹², a estrutura em construção do Posto de Saúde, Igrejas de diferentes denominações, o Centro Comunitário e bares.

O Assentamento é denominado Celso Furtado, no entanto é conhecido como “Assentamento dos Silos” devido às estruturas mencionadas anteriormente.

Neste bojo, identifica-se que o Assentamento Celso Furtado, também conhecido como “Assentamento dos Silos”¹³, é resultado da luta do povo, das famílias acampadas. Assim, a constituição e a consolidação do Assentamento, bem como, a constituição do Colégio Chico Mendes insere-se como resultado da luta dos movimentos sociais, especificamente do MST,

¹² Obra finalizada no início de 2017

¹³ Este nome-apelido se constitui devido as estruturas existentes na Fazenda, anteriores a ocupação, como mencionado anteriormente, havia um grande silo que acabou sendo referencia da organização do Acampamento e posterior Assentamento.

definido como um movimento de massas, de caráter popular que objetiva a luta pela terra, lutando por Reforma Agrária.

O MST, fundado em 1984, tem o dia 21 de janeiro como data oficial de sua origem. Segundo Fernandes (2012) o que marcou esta data foi o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O I Encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 em Cascavel (PR) e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terras, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. (FERNANDES, 2012, p. 496).

Neste contexto, o Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deu origem ao MST, um Movimento comprometido com as causas sociais, preocupado com os direitos da classe trabalhadora, em especial os Sem Terra que o constituem. Na luta por direitos negados pelo modelo econômico vigente, o MST, fundado em relações de companheirismo e solidariedade, e forjadas na luta social, afirma sua visão futura, na qual, “[...] Os Sem Terra se engajam numa coletividade que projeta outra sociedade. Entende-se, portanto, educação como formação humana, formação que incorpora as relações sociais nas quais se entrelaçam formação humana e cultura, educação e história. [...]”. (KNOPF, 2013, p. 65).

O MST visa a constituição de uma sociedade em que os direitos possam ser exercidos dignamente. Engajado na luta por direitos, o Movimento busca também o direito pela educação, uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora, que excluída do modelo de sociedade vigente, tem sua educação voltada unicamente para suprir as necessidades do mercado de trabalho, fragilizando e secundarizando a formação humana.

Na busca por uma sociedade justa e igual, o MST se desafia na luta pelo direito a educação digna para os sujeitos do campo.

2.2 A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO NO MST

Por séculos a educação não foi um direito universal, no entanto, Souza (2002, p. 22) afirma que “O século XX pode ser considerado o século das conquistas relacionadas a educação pública/gratuita no Brasil. [...]”. Ao longo dos anos a questão educacional tem sido palco de muitos debates, neste contexto, a luta é tida como principal elemento para que haja garantia de direitos. Para melhor compreensão desta questão, Haddad (2012) afirma que,

[...] o Brasil tem o dever de respeitar, proteger e promover os direitos humanos, entre eles o direito à educação, [...] estabelecido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. [...] O reconhecimento do direito à educação implica que sua oferta seja garantida a todas as pessoas e ao mesmo tempo desfrutem de um ensino de qualidade, independentemente de sua origem étnica, racial, social ou geográfica. (HADDAD, 2012, p. 218-219).

No sentido de direito à educação, quer se ressaltar neste texto mais especificamente, o direito da educação dos menos favorecidos, dentre os quais destacam-se os povos trabalhadores do campo, aqueles que por um sistema desigual não foram integrados justamente na sociedade. Stédile (2002), ao analisar a concentração da terra do Brasil no início da década de 2000, destaca essa realidade como resultado da desigualdade social. Para o autor, quando tomada a realidade agrária,

Estes problemas aparecem no elevado índice da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controlam 46% de todas as terras; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das *COMMODITES* AGRÍCOLAS exportadas; na distorção do uso do nosso patrimônio agrícola, pois mais de 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; na dependência econômica externa à que a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços das empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões do capital financeiro, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura. (STÉDILE, 2002, p. 643, grifos do autor, apud KNOPF, 2003, p. 63).

Neste quadro, considerando os dados analisados por Stédile, há mais de quinze anos, há questões a serem discutidas e resolvidas. É neste contexto, de apropriação da terra por poucos, da indiscutível concentração de riquezas expressa na sociedade brasileira que o MST toma para si a responsabilidade da luta contra a desigualdade social que se exacerba principalmente no campo. Segundo Souza,

[...] o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST conquistou espaços públicos para divulgação da luta pela Reforma Agrária e contra a exclusão social. Tornou um movimento reconhecido pela sua capacidade de organização, [...]. O MST é composto por várias linhas políticas dentre as quais se encontra o setor de educação. (SOUZA, 2002, p. 25).

Assim, o MST abre uma discussão em torno da educação da classe trabalhadora. O número constante de analfabetos na realidade brasileira, talvez seja um elemento importante para compreender a luta pela educação no interior do MST. A existência de um número elevado de pessoas nos Acampamentos, para as quais quase sempre foi negado o acesso à

escola leva o MST a ver a necessidade de um campo dentro do campo, o campo educacional e se dispõem com uma proposta educativa diferenciada da tradicional, sendo que, “[...] Um dos pontos de referência é a educação como um dos meios de transformação social. [...]” (SOUZA, 2002, p. 28).

Knopf (2013, p. 65) afirma que “[...] os sujeitos sociais do campo ao lutarem pela terra, demarcam que a luta por trabalho e por educação é indissociável da luta por transformação social.”, ou seja, ao lutar pela terra, luta-se também por outros direitos. Neste contexto, o MST entende a questão da educação como quesito fundamental no processo da luta pela terra. Assim, “[...] a questão educacional em um Movimento Social que luta por terra não surge apenas de suas particularidades, visto que ela emerge da luta dos trabalhadores que almejam à concretização do direito à educação básica para os seus filhos.”. (KNOPF, 2013 p. 58).

Juntamente com a luta pela terra, no interior do MST, a questão educacional aparece como tema central a ser discutido. As centenas de famílias que até então buscavam pela conquista da terra, vêem na própria realidade a necessidade de educação para seus filhos. Esta necessidade leva a reflexão, à uma mobilização de todos na busca de formas que garantam o direito à uma educação voltada para a classe trabalhadora, diferente do modelo tradicional.

Neste contexto, a luta travada pelo MST, tendo como questão central “a terra,” também avança para a luta pelo direito à educação, por uma educação transformadora. Essa análise é pontuada por Knopf (2013), que recupera de Dalmagro (2010). “[...] Reconhece-se, explicitamente, que a educação no MST precisa contribuir com a luta de classes, por isso deve ser massiva, de todos, pois a apropriação de saberes escolares é importante para a formação integral e emancipatória.” (DALMAGRO, 2010 apud KNOPF, 2013 p. 68).

Quando a organização dos ST [Sem Terra] cria em sua estrutura um setor de educação, deixa para trás a concepção ingênua de que a luta pela terra é apenas pela conquista de um pedaço de chão para produzir. Fica claro que está em jogo a questão mais ampla da cidadania do trabalhador rural sem terra, que entre tantas coisas inclui também o direito à educação e à escola. [...] Se pensarmos bem, estamos diante de um capítulo especial da história da educação popular em nosso país. Pais, professores e alunos estão construindo nestes locais uma escola “diferente”, uma escola orgânica à sua organização e aos processos de desenvolvimento rural propostos e implementados pela luta. Isto é novo. Isto é, de fato, uma autêntica revolução educacional. Trata-se da revisão das formas tradicionais de fazer, de pensar e de dizer a educação do povo, demonstrando na prática quem pode e deve ser o sujeito das mudanças fundamentais para a nossa educação.”. (MST, 1990, p. 11).

Neste sentido, o MST insere-se na luta por uma Educação Popular que seja do povo para o povo, formando sujeitos com capacidade reflexiva, de forma a refinar e ampliar os conhecimentos dos sujeitos, avançando no âmbito do conhecimento científico, formando intelectuais orgânicos, fortalecendo o movimento de luta.

A educação no contexto do MST é desenvolvida com a preocupação de como o sujeito é inserido na sociedade, baseando-se em princípios que visam os sujeitos no centro, de forma a enaltece-lo e não excluí-lo do processo, a educação é vista como quesito fundamental na formação da cidadania plena.

Diante das palavras de Souza (2002), entende-se como cidadania plena a consolidação dos direitos do povo. Dentre estes, destaca-se o direito à educação escolar, que no âmbito da luta do MST, tem refletido na conquista e construção das Escolas Itinerantes e das Escolas de Assentamento, por exemplo.

2.3 CONQUISTA E CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES

Segundo o Dossiê MST – Escola (MST, 2005), ao tratar da educação adjacente a sua luta, o MST afirma que “Nossa luta é nossa escola”. Assim, o debate acerca da educação no MST perpassa a necessidade de avançar “[...] do desejo do “diferente” à construção de uma proposta alternativa de escola, centrada na relação entre educação e produção e no desafio da participação da escola na construção dos assentamentos que começavam a ser conquistados pelas lutas do MST. (MST, 2005, p. 7).

Deste modo, o MST passa a afirmar que,

[...] uma das tarefas da escola é de ajudar a preparar os futuros militantes do MST e para a causa da transformação social. Esta preparação implica em capacitar as crianças para transformar a realidade, construir o novo, a partir de aprender a enfrentar os problemas concretos que existem no assentamento (ou no acampamento) [...] cultivando uma perspectiva social mais ampla. E a escola consegue fazer isso, se garante o conhecimento da realidade, prepara para o trabalho, educa desde e para novos valores, desenvolve a consciência organizativa, educa para a participação coletiva democrática e estimula a participação nas lutas sociais concretas. (MST, 2005, p. 7-8).

Com essa convicção, o próprio MST vai identificar que

Há uma história dentro da história da luta pela terra em nosso país que ainda não foi contada. Embora fazendo parte do próprio dia-a-dia dos acampamentos e assentamentos, esta história durante muito tempo não chegou a merecer nossa atenção, tão preocupados que sempre estamos com as discussões econômicas e

políticas mais gerais, que envolvem a problemática da Reforma Agrária em nosso país.

Estamos falando de uma história de educação. A história da organização e luta de pais e professores dos acampamentos e assentamentos para assegurar o direito de crianças à escolaridade, o que pela situação irregular das várias etapas da luta pela terra ficou sempre complicado; e mais, direito a uma escola de boa qualidade, capaz de dar respostas adequadas aos desafios do novo tipo de vida nas terras conquistadas. [...]

A trajetória a ser descrita vai da briga pela criação de escolas oficiais nos Assentamentos até a briga pela direção política e pedagógica do processo educativo a ser desenvolvido nestas escolas, passando pelos meandros da questão educacional dentro de um movimento reivindicatório como é o dos Sem-Terra. Queremos mostrar que existe uma relação direta entre esta trajetória e a própria dinâmica evolutiva da luta pela terra como um todo: à medida que mudam as concepções e estratégias gerais do MST, muda também o tipo de discussão e de reivindicação que se faz em relação à educação e à escola. (MST, 2005, p. 11).

É neste contexto, que se insere o esforço de rememorar e registrar o processo de conquista e consolidação da Escola Itinerante, a partir da existência da Escola Itinerante Chico Mendes, que posteriormente se consolida como Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.

Segundo o Caderno da Escola Itinerante (MST, 2008, p. 12-16), desde o início da luta pela terra no estado do Paraná, a preocupação com a escolarização das crianças e adolescentes também acampados com suas famílias, ausentes das escolas oficiais acompanhou de perto a trajetória do Movimento, marcada por dois grandes Acampamentos nas regiões de Cascavel¹⁴ e Quedas do Iguaçu, onde havia centenas de estudantes sem escola.

As famílias acampadas, em Cascavel e Quedas do Iguaçu – neste último, as famílias que constituíam o Acampamento José Abílio dos Santos – descontentes ao ver seus filhos perderem o ano letivo, matriculavam as crianças nas cidades mais próximas, fazendo o uso de um transporte escolar precário que era o único meio de chegar à escola. Nas palavras de um integrante da Comunidade do Assentamento Celso Furtado, “Quando ocupamos a fazenda um dos desafios foi inserir os estudantes do ensino médio nas escolas da cidade, a luta desta vez foi por vagas, batíamos de porta em porta nas escolas pra ver quantas vagas conseguíamos pra nenhum estudante perder o ano letivo.” (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Contudo, matricular os filhos nas escolas de cidade significou deixá-los sofrer, muitas vezes discriminados pela comunidade urbana, com professores e alunos que não compreendiam a luta pela terra e a organização do MST. Por um lado, com o passar dos anos a comunidade urbana aos poucos foi se acostumando. No entanto, identifica-se que estudantes

¹⁴ Acampamento Dorcelina Folador.

do Assentamento ainda sentem rejeição nos diferentes espaços, como expresso no relato de um estudante do CECCM.

Tenho a sensação que as pessoas da cidade não digeriram os assentados ainda, mesmo passado quase doze anos, olham pra gente como se nós não fosse iguais a eles, até já me disseram que os sem-terra são ladrão de terra, que deviam ser todo mundo preso. Hoje eu não me importo mais, acho mesmo é que eles tem inveja da gente que luta e conquista as coisas e eles não lutam pelos direitos nem conquistam nada. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

A realidade demonstra que todas as lutas travadas, tanto no âmbito da consolidação do Assentamento Celso Furtado, quanto do Colégio Chico Mendes, revelam-se como grandes conquistas. No que se refere a educação, destaca-se o processo de legalização das Escolas Itinerantes no Paraná, que teve seu início com a Escola Itinerante Chico Mendes.

Na trajetória do MST no Paraná, um marco na luta pela legalização da Escola Itinerante foi a experiência realizada no Acampamento instalado em frente ao Palácio do Iguazu, sede administrativa do Governo do Estado. Em junho de 1999, em um prédio público abandonado, organizou-se uma escola que funcionou ali durante 14 dias, em protesto contra a repressão e a perseguição política do Governo Jaime Lerner (1994-2002) aos trabalhadores rurais, sobretudo organizados no MST. Nesta escola, foram desenvolvidas atividades educativas com crianças de dois a seis anos, da primeira à quarta série e também a Educação de Jovens e Adultos. Essa experiência realizada no estado do Paraná, foi batizada como Escola Itinerante.

Destaca-se, que a Escola Itinerante já havia sido conquistada pelo luta do MST no estado do Rio Grande do Sul, sendo aprovada e reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação daquele estado, em novembro 1996, por meio do parecer nº 1313/96. Esse fato serviu como argumento e também como referência para proposta de uma Escola Itinerante no Paraná.

Verifica-se que com a instituição do Governo de Roberto Requião, que sucedeu Jaime Lerner no governo do estado do Paraná, manifestou-se um ambiente favorável ao projeto de Educação do Campo que vinha sendo discutido no estado, amparado, sobretudo, na luta dos trabalhadores do campo. Esse processo possibilitou a criação da Escola Itinerante no Paraná.

Em abril de 2003, a Jornada de Lutas do MST, coloca-se como marco para a conquista da Escola Itinerante no Paraná, perpassando por vários processos até sua consolidação.

A partir da experiência vivenciada no Acampamento instalado em frente ao Palácio Iguazu em junho de 1999, apoiada na experiência e na conquista da Escola Itinerante no Rio Grande do Sul, da Jornada de Lutas de 2003 até chegar ao Conselho Estadual de Educação do

Paraná (CEE/PR), foi de muita luta, assim foi aprovada a criação da Escola Itinerante no Paraná em 08 de dezembro de 2003 sob o parecer nº1012/03. A partir do parecer favorável do CEE/PR, o processo de criação da Escola Itinerante no Paraná perpassou por vários setores internos da Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR).

Após esta conquista, uma das principais tarefas foi buscar subsídios no que já havia sido criado e estava ocorrendo no Rio Grande do Sul. Assim, um grupo constituído por integrantes do MST e da SEED/PR, visitou o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), em Veranópolis – RS, escola que formava os educadores itinerantes. A visita se estendeu também a uma Escola Itinerante em funcionamento próximo a Porto Alegre. A equipe retornou ao Paraná com elementos concretos e com grandes expectativas para viabilizar e iniciar a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Itinerante do estado do Paraná. No Rio Grande do Sul a experiência já havia sido consolidada não precisando iniciar do nada, ou seja, “inventar a roda”, pois ela já estava girando. (MST, 2008, p. 16)

Diante deste breve relato, acerca da conquista da Escola Itinerante no Paraná, insere-se a constituição da Escola Chico Mendes que é fruto de todo este processo. Em 2003, a Escola Itinerante Chico Mendes contava com aproximadamente 660 educandos e 43 educadores, o que a colocou como um importante argumento de pressão para agilizar a aprovação do projeto de Escola Itinerante no Paraná.

Após o reconhecimento e aprovação da Escola Itinerante (2003), seguidos dois anos (2005), ocorre mais uma conquista, a desapropriação da área, como mencionado anteriormente, assim dá-se início ao processo de transição de Acampamento para Assentamento, e neste contexto, a escola que era Itinerante passa a integrar às redes municipal e estadual de ensino, dando origem ao Colégio Estadual do Campo Chico Mendes.

2.4 TRANSIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE PARA O COLÉGIO ESTADUAL

A partir dos registros sobre as Escolas Itinerantes no Paraná (MST, 2008) verifica-se que a Escola Itinerante Chico Mendes como já mencionado, foi estabelecida no Acampamento José Abílio dos Santos às margens da BR 158, nas proximidades do município de Laranjeiras do Sul - PR. Mesmo sendo um Acampamento provisório, organizou-se uma escola para atender crianças e adolescentes acampados que frequentavam os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No contexto de luta pela reforma agrária, a escola é afirmada como questão central. Essa compreensão fica expressa no depoimento de um integrante do Assentamento Celso

Furtado, que participou efetivamente dos processos de luta para conquista do Assentamento, vinculando a isto, a própria conquista da escola.

A escola pra nós da luta, surge como um pilar, que gera força e resistência no Acampamento. A Escola Itinerante Chico Mendes foi e sempre será um marco no Paraná, foi a primeira Escola Itinerante oficializada no estado, ela trouxe oportunidades aos estudantes do Acampamento, também trouxe oportunidade para os professores, que continuaram estudando buscando mais conhecimento, se especializando nos cursos pra contribuir na escola. Hoje, o Colégio só é o que é, por causa da Escola Itinerante que teve seu início com o Acampamento na BR em 2003. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Assim, juntamente com a problemática da terra também se institui a necessidade de resolver a vida escolar das crianças que acompanhavam os pais nos Acampamentos. As crianças acampadas, na maioria das vezes, não eram aceitas nas escolas da região devido à falta de vagas. Nesse período, como já dito, a legalização da Escola Itinerante tramitava na SEED/PR. Considerando a possibilidade concreta de efetivação da Escola Itinerante, um grupo do Setor de Educação do MST, junto às famílias que constituíam o Acampamento José Abílio dos Santos juntaram-se ainda na BR 158, dando-se assim início aos debates sobre a construção da Escola Itinerante, o que culminou na oficialização da primeira Escola Itinerante no Estado do Paraná, em 30 de outubro de 2003, agora no Acampamento que havia se deslocado e encontrava-se instalado no município de Quedas do Iguaçu-PR.

O apoio das famílias acampadas foi fundamental para a construção da Escola Itinerante Chico Mendes, sendo inaugurada em 2003 contando com a presença de várias autoridades.¹⁵ Ao final da solenidade oficializou-se a constituição da primeira Escola Itinerante no Paraná coroando com a chegada de 3 caminhões portando materiais para construir a estrutura física da escola, tais como: lona, carteira, cadeira, quadros entre outros. A comunidade organizou-se para construção de 10 salas de aulas, próximas ao centro do acampamento, assim as aulas iniciaram em novembro de 2003.

Em novembro de 2005, inicia-se o processo de transição do Acampamento José Abílio dos Santos para constituição do Assentamento Celso Furtado. As famílias que até então se organizavam em forma de Acampamento, onde tudo era de forma coletiva, com a instituição do Assentamento passaram a ser distribuídas nos lotes. Esse processo de ida das famílias para

¹⁵ Participaram do ato de inauguração da Escola Itinerante Chico Mendes o Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, o Superintendente Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Celso de Lacerda, Deputada Estadual, Luciana Rafain, a representante da Coordenação da Educação do Campo, Sônia Fátima Schwendler, a Direção Regional do MST, Claudelei Torrente, a Diretoria da Escola Base Iraci Salete Strozak, Ritamar Andreetta, a representante do Setor de Educação do MST Maria Izabel Grein, representante da Direção Nacional do MST, José Damasceno de Oliveira e o Padre José, representantes da Paróquia de Quedas do Iguaçu.

os lotes dificultou bastante a organização da escola, distanciando as Comunidades da localização onde estava a mesma, que foi mantida no local onde foi constituída.

Assim, o processo de transição do Acampamento para o Assentamento dificultou o acesso à escola devido às condições das linhas de transporte. Este aspecto é ressaltado no depoimento de integrante da Comunidade Assentada.

Muitos estudantes até desistiram de ir pra escola, os primeiros da linha de ônibus embarcava perto das dez da manhã, na maioria das vezes sem almoçar, o ônibus rodava tanto que os alunos que estudava na cidade chegava atrasado. De volta pra casa, o horário normal de chegada era próximo às nove da noite pros primeiro que embarcava, isso quando o ônibus não quebrava ou furava um pneu, quando chovia, nem se fala, os alunos era deixado na estrada e cada um tinha que se virar até chegar em casa, teve caso de aluno chegar em casa de onze a meia noite, e os pais sem saber onde buscar os filhos, preferiam que que nem fossem pra escola. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Com o passar dos anos as linhas de transporte foram se ajustando. O município assumiu algumas responsabilidades com o transporte bem como a construção de 10 escolas municipais divididas nas comunidade¹⁶ do assentamento Celso Furtado (MST, 2008), vinculando-as à rede municipal de ensino, possibilitando melhorias consideráveis na condição educacional dos estudantes assentados. Com a constituição do Assentamento, expandiu-se a conquista do Ensino Médio nas Comunidades, sendo instituídos três Colégios Estaduais. O Colégio Olga Benário na Comunidade Dez de Maio, o Colégio Construindo Novos Caminhos na Comunidade Bom Jesus e Colégio Estadual do Campo Chico Mendes na Comunidade Renascer. Esse processo de expansão das escolas e colégios dentro do Assentamento contribuiu para que os estudantes seguissem nos estudos dentro do próprio Assentamento.

Com a consolidação do Assentamento Celso Furtado, a experiência concreta da Escola Itinerante Chico Mendes e a conquista do conjunto de escolas no novo Assentamento afirmou-se a luta pelo direito à educação escolar, compreendendo-a como um processo fecundo para pensar e fazer uma escola do campo, que atrelada ao projeto de educação dos trabalhadores, se vincula aos interesses e perspectivas dos sujeitos do campo. Assim, na sequência serão pontuados elementos acerca da luta por uma Educação do Campo e da institucionalização de uma política pública voltada para as escola do campo.

¹⁶ Comunidade Bom Jesus – Escola Rural Municipal Janete Santos; Comunidade Nossa Senhora Aparecida – Escola Rural Municipal Bela Vista; Comunidade Dez de maio – Escola Rural Municipal Luiz Carlos Prestes; Comunidade Palmital – Escola Rural Municipal Construindo o Futuro; Comunidade Novo Esperança – Escola Rural Municipal Vagner López; Comunidade Campo Novo – Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues da Silva; Comunidade Orgânica – Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã; Comunidade Renascer – Escola Rural Municipal Roseli Nunes; Comunidade Doze de Julho – Escola Rural Municipal Doze de Julho; Comunidade Nova União – Escola Rural Municipal Cleuza López Bueno.

3 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO

[...] para o MST, escola é mais que escola, e essa compreensão é fundamental para aprendermos o sentido mais profundo de sua proposta de educação.
(Roseli Salete Caldart)¹⁷

Neste capítulo serão tratadas questões relacionadas à política pública de Educação do Campo, visualizando a luta do MST e a constituição de um marco que dá base legal para essa educação, de forma a compreender a escola no contexto da reforma agrária, com destaque para o estudo e análise dos marcos normativos da Educação do Campo.

3.1 O MST E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Em um contexto turbulento, de exclusão e opressão, marcado por conquistas e derrotas, o MST, como um Movimento Social de luta pela terra, por reforma agrária e transformações sociais (KNOFF, 2013), também assume a luta pelo direito à educação. Neste sentido, coloca-se na agenda política do MST a reflexão sobre a educação dos Sem Terra, que numa perspectiva de educação dos povos trabalhadores do campo, insere-se no debate acerca da educação da classe trabalhadora. Neste contexto, coloca-se também o desafio de pensar e fazer uma escola que esteja vinculada à sua luta.

Vale ressaltar, que na concepção de Educação do Campo, constituída e materializada desde a luta do MST, “[...] o campo é mesmo o primeiro termo da tríade. E não uma “ideia” de campo, mas o campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos; campo das contradições de classe efetivamente sangrando.” (CALDART, 2008, p. 71). Colado a este entendimento, se afirma a própria concepção de Educação do Campo, que conforme Caldart.

[...] nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa

¹⁷ Doutora em Educação e integrante do Coletivo Nacional do setor de Educação do MST. Caldart (2004, p. 215).

cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse a sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2008, p. 71-72).

Assim, a luta por uma Educação do Campo, no contexto do MST, ocorre no sentido contrário ao da educação formal, que tem sua forma hegemônica sob controle do Estado e os interesses do capital. Neste sentido, visualizando a posição do MST em relação a educação, o qual se destaca pela garra de luta, é válida a reflexão acerca do que motiva um Movimento Social a se preocupar com a educação popular, com a educação do povo que na maioria das vezes são os menos favorecidos, também no âmbito educacional. Souza (2002, p. 27), ao contribuir com tal questionamento, aponta que na situação educacional da população brasileira “O Brasil é um dos países que possui um elevado número de analfabetos, realidade que é constatada por todos estudiosos da questão, bem como pelos parlamentares.”. E na sequência de sua análise, questiona “Quais são as ações empreendidas, na atualidade, para que o país modifique a situação da escolaridade da população?”. Na esteira deste mesmo questionamento, Molina (2008, p. 19), afirma de forma objetiva que, “[...] mudar estruturalmente nosso país exige a redistribuição destes dois ativos fundamentais: Terra e Educação.”.

Assim, verifica-se que a preocupação do MST, em atrelar a luta pela terra à luta pela educação, advém da condição em que se encontra a realidade educacional, conforme pontuado por Souza (2002) e da disposição em atuar para transformação desta realidade conforme destaque de Molina (2008).

Por mais que a própria Souza (2002) afirme que o século XX foi um momento de muitas conquistas educacionais, observa-se, ainda conforme Souza (2002) que as conquistas não ocorrem em sua totalidade, de maneira plena, tanto que, o próprio Movimento Social, no caso aqui, o MST, assume o desafio de buscar novas formas educacionais, para os povos trabalhadores do campo.

Knopf, (2013) também contribui na análise do porquê da preocupação e da ousadia do MST em relação ao campo educacional, e afirma que, este “[...] diferencia-se dos demais por ser de caráter massivo, popular e político, que objetiva a luta pela terra, por Reforma Agrária e por Transformação Social.” (KNOPF, 2013, p. 61). Neste contexto, compreende-se a educação como meio para a transformação da sociedade, o que leva o MST a se desafiar,

visando romper com modelo educacional vigente (domínio do Estado), propondo um novo jeito de fazer educação, a partir da educação dos povos trabalhadores do campo.

Esse novo educar, proposto pelo MST, e que tem incidido na própria constituição da Educação do Campo, objetiva entre outros aspectos, uma escola que esteja geograficamente *no* campo, próxima aos sujeitos, que tenha condições de oferecer conteúdos *do* campo, da realidade dos sujeitos, ou seja, conteúdos que tenham verdadeiro sentido *na* e *para* vida dos povos do campo.

O fato é certo, como o próprio Dossiê MST – Escola (MST, 2005) menciona, algo se faz verdadeiro quando comprovado na prática. E o MST não tem produzido apenas teoria, se faz na prática do dia-a-dia das escolas, mostrando que é possível fazer uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores, mesmo nos limites impostos pela ordem do capital na sociedade atual.

A educação é um processo longo, não se constrói de uma vez só, exige perseverança, criatividade e ousadia. Segundo o Dossiê MST – Escola (MST, 2005, p. 31), é “Pegando firme juntos [...]”, que “[...] conseguiremos romper com as cercas de mais este latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e da educação burguesa, fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura [...]”. Neste contexto, assume-se como desafio na educação escolar formar

[...] as futuras lideranças e os futuros militantes do MST, dos Sindicatos, das Associações, das Cooperativas de Produção de Bens e Serviços e de outros Movimentos Populares. [...] A LUTA NÃO PODE PARAR. [...] o caminho de como transformar a Sociedade. [...] O NOVO já deve começar AGORA. (MST, 2005, p. 31-32).

Assim, a ousadia do MST na luta por um novo modo de fazer educação, contraria o modelo atual, incomoda o sistema, “[...] exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes.” (CALDART, 2008, p. 69).

Esta nova educação, proposta pelo MST, tem formado sujeitos conscientes capazes de reflexão crítica da realidade que o cerca, este novo sujeito com sede de saber, busca alternativas, caminhos para transformar o mundo, na construção de uma sociedade mais justa, mais igual.

Assim, o MST se desafia na luta pelo novo, formando coletivamente grandes e pequenos, rompendo com a educação burguesa, aderindo a educação do povo, da classe trabalhadora, a Educação do Campo, que visa a formação humana, que valoriza os saberes acumulado dos sujeitos, uma educação que primeiro prioriza o sujeito, seus valores, sua significância.

Para tanto, a consolidação, a institucionalização e a legalidade da Educação do Campo, de um lado, contribui para o reconhecimento de mais uma luta do MST, proporcionando avanços e melhorias na educação dos povos trabalhadores do campo, na educação da classe trabalhadora. Mas por outro lado, implica em tencionar o Estado, para que este viabilize e garanta o direito dos povos trabalhadores do campo à educação, mas uma educação que esteja vinculada aos seus interesses de classe e na perspectiva de sua emancipação. Assim, coloca-se a luta no terreno das políticas públicas, luta no qual, por sua vez,

[...] reafirma-se as políticas sociais como ações do Estado burguês no intuito de desenvolver, consolidar e manter o sistema capitalista. No entanto, somos levados ainda, a refletir sobre o caráter de disputa que o campo das políticas sociais permite. Pois, se elas, por vezes, são o antídoto do caráter anti-social da política econômica capitalista, a luta por efetivação de políticas sociais podem se figurar como momentos que possibilitem, a partir da tensão exercida sobre o Estado burguês, a articulação da classe trabalhadora em contraposição ao domínio do capital. (VERDÉRIO e BORGES, 2010, p. 10).

Com tais apontamentos segue-se com a análise sobre a inserção do marco legal da Educação do Campo na legislação educacional brasileira.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DO MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo, bem como, a escola do campo têm sido assumidas como fundamentais na luta dos povos trabalhadores do campo no Brasil. Portanto, o reconhecimento legal da política pública de Educação do Campo e a instituição das escolas do campo se apresentam como base essencial na garantia do direito à educação no contexto do campo brasileiro.

A instituição de uma política de Educação do Campo coloca-se no marco da grande diversidade das populações brasileiras do campo. Foi e é a partir da ação de luta dos Movimentos Sociais, que o Ministério da Educação (MEC), juntamente com os sistemas públicos de ensino, têm sido tensionado a considerar e colocar-se no sentido da garantia do direito dos povos do campo à educação.

Tomando por referência o parecer nº 36/2001 e a Resolução nº1 de 03 de abril de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (MEC, 2012), verifica-se de forma objetiva o delineamento de uma política pública de educação específica para o campo. Tais orientações, a serem observadas nos projetos das

instituições que integram os diversos sistemas de ensino, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo.

No estreitamento deste processo de institucionalização da Educação do Campo, no âmbito da política pública, coloca-se como marco o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 (MEC, 2012), que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Assim, a Educação do Campo, debatida abertamente por um amplo conjunto de sujeitos sociais, possui seu marco legal. Para compreensão deste processo de institucionalização da Educação do Campo, no âmbito das políticas públicas, coloca-se como relevante destacar, uma vez mais, mesmo que de forma concisa a origem do termo Educação do Campo.

Segundo Caldart (2012, p. 257-258), “O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como *Educação Básica do campo*.”. A partir dos debates que vinham ocorrendo a expressão “básica” não mais cabia, a educação dos povos trabalhadores do campo carecia de algo mais amplo, que atingisse todos os níveis. Assim, ampliou-se o debate, e de Educação Básica do Campo, “Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004”. (CALDART, 2012, p. 261). Essa ampliação representou a afirmação do direito dos povos trabalhadores do campo à educação, estabelecendo que junto à luta pelo direito à Educação Básica – escolas do campo –, assumia-se também o desafio da luta pela Educação Superior.

No processo de institucionalização de uma política pública de Educação do Campo, como dito anteriormente, no dia 04 de dezembro de 2001 é aprovado o Parecer nº 36, referente as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que estabelece

[...] responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nesta mesma linha, o presente Parecer, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. (MEC, 2012, p. 7).

Assim, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) entende que o Parecer

[...] além de efetivar o que foi prescrito no texto da Lei, atende demandas da sociedade, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplem a mencionada diversidade, em todas as suas dimensões. Ressalte-se nesse contexto, a importância dos Movimentos Sociais, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, da SEF/MEC, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, das Universidades e instituições de pesquisa, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, das ONG's e dos demais setores que, engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação destas diretrizes. (MEC, 2012, p. 8-9).

Neste processo de institucionalização da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, no contexto de lutas do MST e em conjunto com outros Movimentos Sociais, visando a transformação da realidade educacional específica do campo, verifica-se que

[...] era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local [...]. (CALDART, 2012, p. 259).

Assim, a luta por uma Educação do Campo foi somando forças, e de acordo com Caldart (2012, p. 258), “A II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, [...] com mais de mil participantes representando diferentes organizações sociais e também escolas de comunidades camponesas, demarcou a ampliação dos sujeitos dessa luta.”. Ainda conforme Caldart,

Foram 39 entidades, incluindo representantes de órgãos de governo, organizações não governamentais, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de professores, além dos movimentos sociais camponeses, que assinaram a declaração final da conferência. Foi também nesse momento que aconteceu uma explicitação mais forte do contraponto de projetos de campo, distinguindo posições entre as entidades de apoio e entre as próprias organizações de trabalhadores que passaram a integrar a Articulação Nacional por uma Educação do Campo. (CALDART, 2012, p. 259).

No tocante a institucionalização da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas, destaca-se que as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhece “[...] o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira [...]”. (MEC, 2012, p. 33).

Com tal compreensão, a resolução que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo assume no parágrafo único de seu 2º artigo, que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (MEC, 2012, p. 33).

Já em seu artigo 3º, a Resolução reafirma a importância da educação para o desenvolvimento e o exercício da cidadania, indiferente se em áreas urbanas ou rurais, de modo a garantir o acesso da população a educação.

O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico. (MEC, 2012, p. 34).

Já o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que como dito anteriormente, dispõe sobre a política de Educação do Campo e o PRONERA (MEC, 2012), conforme seu artigo 1º, coloca-se no sentido de qualificar e expandir a oferta de Educação Básica e Superior às populações do campo. Para tanto, reconhece a especificidade e diversidades de populações do campo e das escolas do campo, sendo assim compreende como

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e.

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (MEC, 2012, p. 81).

Em diálogo direto com as reivindicações dos povos trabalhadores do campo e de suas organizações no âmbito da luta por uma Educação do Campo, o Decreto Presidencial que dispõe sobre a política pública da Educação do Campo, afirma como princípios da Educação do Campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudo direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

e
V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (MEC, 2012, p. 82).

Considerando os processos de luta desencadeados pelos povos trabalhadores do campo tendo por referência seu direito à educação, bem como, a constituição de um marco regulatório no terreno da legislação educacional, os Pareceres, as Resoluções e o Decreto Presidencial são elementos fundamentais para garantia do exercício legal da Educação do Campo no âmbito das políticas públicas. No entanto, de acordo com o próprio contexto que dá sustentação para este marco legal, sobretudo os processos de luta e reivindicação dos povos trabalhadores do campo e de suas organizações e, de acordo com Verdério e Borges (2010) quando tratam das políticas sociais, coloca-se como central a necessidade de seguir lutando por um projeto que valorize a vida, a realidade social e as perspectivas de luta dos povos trabalhadores do campo, também no que tange a educação escolar.

3.3 A ESCOLA DO CAMPO NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA

Qual escola tem sido necessária à luta do Movimento Sem Terra? Sem dúvida a escola que faz a diferença na vida dos sujeitos, a escola do povo, para o povo e que se constrói a partir da luta do povo. Neste contexto, a construção da escola do campo, coloca-se no processo de luta da classe trabalhadora para garantir seus direitos de escolarização e de acesso ao conhecimento.

Assim, a escola do campo proclamada e reivindicada na luta por uma Educação do Campo visa a formação de intelectuais da classe trabalhadora, para que estes sejam capazes de formular alternativas de um projeto político que possa contribuir em um processo mais amplo de transformação social, de emancipação humana. Neste contexto, a escola do campo assume o intuito de fortalecer os camponeses num movimento de resistência ao sistema vigente, um sistema que tende cada vez mais, oprimir, o já oprimido. Molina e Sá (2012), contribuem na

compreensão da concepção de escola do campo, formulada e construída adjacente à luta por uma Educação do Campo.

A concepção de Escola do Campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. [...] O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual na disputa contra-hegemônica. (MOLINA e SÁ, 2012, p. 324-325).

Amparando-se no Decreto Presidencial nº 7.352/2010 (MEC, 2012), Molina e Sá (2012, p. 327) reafirmam que a identidade da escola do campo não se dá apenas pela sua localização geográfica, mas, também pela diversidade de reprodução social dos sujeitos, de forma a garantir a sua legitimidade enquanto escola do campo, não apenas por estar inserida no campo, mas pelos sujeitos a que se destina e também pela forma de se adquirir e dividir os conhecimentos, uma escola capaz de formar sujeitos fortes, com capacidade de enfrentamento contra o sistema hegemônico.

Na construção da escola do campo busca-se um novo jeito de educar, de fazer escola, esta diferencia-se pela forma de ensino-aprendizagem, na construção de estratégias pedagógicas, onde assume-se o desafio de superar os limites da sala de aulas, a fragmentação do conhecimento, entrando em confronto direto com a forma do ensino capitalista. A escola do campo não se prende a paredes ou muros, ela busca o conhecimento da realidade, uma escola na qual professor e aluno aprendem juntos, numa perspectiva de conhecimento simultâneo, onde “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...]”. (FREIRE, 1996, p. 23). Na escola do campo, tanto o professor quanto o aluno aprendem, são saberes trocados, saberes diferentes, onde “[...] quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado.”. (FREIRE, 1996, p. 23). Se constituem assim como saberes que se completam, o saber científico, estruturado e organizado no conjunto de conteúdos escolares e os saberes vinculados a realidade, sobretudo vivenciado pelos alunos. A conexão entre estes dois saberes, se configuram como o desafio da escola do campo e traz como possibilidade um saber melhorado, ou seja, o conhecimento mais apurado dos fenômenos da vida.

Diante da sociedade atual, as desigualdades reinam, a classe dominante que tem no Estado a expressão concreta de seus interesses de classe, esmaga os dominados, a classe trabalhadora, por intermédio da opressão de classe. Essa condição imposta à classe

trabalhadora, no próprio processo de luta desta contra a opressão, coloca-a num movimento de pensar uma escola diferente dos moldes tradicionais, uma escola que se volte para a formação de sujeitos que defendam os interesses dos trabalhadores. Assim, a escola do campo, forjada na luta dos povos trabalhadores do campo tem como objetivo a escolarização e a formação de uma nova geração de intelectuais orgânicos visando um novo projeto de sociedade. Os processos de luta têm demonstrado que é possível fazer uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora, no entanto, a construção desta educação e de uma escola do campo a ela vinculada exige perseverança criatividade e ousadia de quem a constrói, inserindo-se nos processos de luta.

Conforme analisado anteriormente, a escola do campo no âmbito da luta por uma Educação do Campo, tem buscado romper com a educação tradicional. Neste contexto, a escola do campo visa um ensino que precisa estar ligado à prática, buscando um conhecimento que faça sentido na vida dos estudantes, tendo em vista a realidade do sujeito, portanto, o sujeito que ensina precisa estar ciente da prática do estudante.

Para materialização desta proposta de escola, podem ser identificados alguns desafios. Na experiência histórica do MST, a ousadia e a criatividade tem sido elementos fundamentais, pois articuladas e vivenciadas na intensamente da luta verifica-se os germes desta construção. Segundo o Dossiê MST – Escola (MST, 2005), é neste contexto que a escola do campo vai se desenvolvendo, se consolidando, visando um novo homem, uma nova sociedade.

Nesse caminhar da educação dentro do MST muitas experiências novas estão sendo desenvolvidas. Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos –aprendendo e ensinando; uma escola que se organiza criando oportunidades para que as crianças se desenvolvam em todos os sentidos; uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor à causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo. (MST, 2005, p.31).

A Educação do Campo, bem como, a escola do campo, foram conquistadas mediante a luta árdua do movimento do povo. Como expressão dessa luta, conforme análise já efetivada neste trabalho, coloca-se a brava luta pelo reconhecimento da primeira Escola Itinerante no Paraná, a Escola Itinerante Chico Mendes, que em 2007 passa a integrar a rede estadual de ensino como Colégio Estadual do Campo Chico Mendes. Neste processo de reconhecimento legal e de materialização de uma escola que, articulada a luta pela Reforma Agrária, coloca-se no desafio de constituir-se como escola do campo, destaca-se a conquista da estrutura própria

do Colégio Chico Mendes, processo este que será descrito e analisado na sequência deste trabalho, retratando os percalços de um sonho que por alguns anos foi paralisado.

4 A CONSTRUÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES EM DIÁLOGO COM AS PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS QUE A CONSTITUEM

*O positivismo inaugurou também uma história de fatos progressivos, que apagou a memória social.
Impôs o presente como a dimensão do tempo, implantou o futuro como a medida do progresso, recuperou apenas o “instrumental” do passado e ignorou a memória coletiva e a história viva que os povos produzem.
(Elsie Rockwell e Justa Ezpeleta)¹⁸*

Como demonstrado no transcorrer deste trabalho a análise sobre a construção do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes remete a uma trajetória de lutas, conflitos e conquistas. Ressalta-se, o fato de que a questão educacional em um Movimento Social que luta por terra não surge apenas de suas particularidades, visto que ela emerge da luta dos trabalhadores que almejam a concretização do direito à educação de qualidade para os seus filhos. Neste sentido, o presente capítulo centra-se na análise dos depoimentos sistematizados a partir das entrevistas que buscou compreender as representações reais dos sujeitos, entendendo que esses fizeram e fazem parte da trajetória histórica do CECCM. No decorrer deste contexto, a trajetória histórica aqui analisada representou um processo construído de baixo para cima, a partir dos sujeitos que vivenciam a realidade, inserindo-os no âmbito da luta pelo direito à educação escolar.

O capítulo destaca as implicações acerca da construção do prédio escolar, tendo por base, fundamento primeiro, os relatos dos sujeitos da Comunidade Assentada e da Comunidade Escolar. A pesquisa buscou com as entrevistas evidenciar os percalços na construção da estrutura física do CECCM. Para melhor compreensão do capítulo, o texto encontra-se sistematizado a partir da análise dos diálogos e posições dos sujeitos acerca do processo vivenciado.

Para se chegar a essa elaboração, a coleta dos dados ocorreu na instituição, junto a três grupos específicos: Grupo A – Estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio, a definição destes estudantes se deu pelo fato de que os mesmos vivenciarem a mais tempo a trajetória do CECCM; Grupo B – Comunidade Assentada, constituído por serem sujeitos participantes tanto do processo de consolidação do Assentamento quanto do CECCM; Grupo C – Equipe Pedagógica, este terceiro grupo foi constituído pela participação da Diretora e professores moradores do perímetro urbano do município de Quedas do Iguaçu, mas que, vivenciaram o

¹⁸ Pesquisadoras do Centro de Investigación y de Estudios Avanzados, Instituto Politécnico Nacional, Cidade do México, México. Rockwell; Ezpeleta (2007, p.137).

processo de lutas pelo Assentamento e participaram de toda a trajetória do Colégio, com sua inserção ainda quando na condição de Escola Itinerante. A análise proposta volta-se para algumas considerações acerca do direito à educação no contexto da luta das famílias assentadas, no sentido de demonstrar questões que vão se evidenciando na trajetória do CECCM e da afirmação do direito a educação escolar.

4.1 OS PERCALÇOS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO CHICO MENDES

A Escola seguramente não é a mesma em todos os lugares, nem mesmo as que se integram a rede estadual de ensino do Paraná. Cada qual possui suas particularidades e se realiza numa realidade diversa e diferente, assim “[...] isso nos confirma também a necessidade de olhar com particular interesse o movimento social a partir de situações e dos sujeitos que realizam anonimamente a história.” (ROCKWELL e EZEPELETA, 2007, p. 133). Assim compreende-se que, cada escola, mesmo imersa num movimento amplo, sempre terá sua singularidade, sua história.

Portanto, quer-se com este capítulo dar visibilidade aos sujeitos muitas vezes esquecidos, que fazem parte e por consequência também constroem a história. Este esquecimento, em grande medida, como ressaltam Rockwell e Ezepeleta (2007), se evidenciam no ocultamento das dimensões cotidianas que invisibilizadas nas determinações estatais, dificultam apreender o movimento real em sua complexidade de múltiplas determinações.

Coexiste, contudo, com esta história e existência documentada, outra história e existência, *não documentada*, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características. A homogeneidade documentada decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não-documentada, nesta dimensão cotidiana, os trabalhadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola. A partir desta história não-documentada, a versão documentada torna-se parcial e produz certo efeito ocultador do movimento real. (ROCKWELL; EZEPELETA, 2007, p. 134).

Neste contexto, revela-se a história do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, em suas particularidades e em concretização cotidiana.

Segundo o Projeto Político Pedagógico – (PPP) (CECCM, 2014) o Colégio Estadual do Campo Chico Mendes – Ensino Fundamental e Médio, está situado no Assentamento

Celso Furtado, na Comunidade Renascer, Zona Rural do município, à 8km do centro de Quedas do Iguaçu, região Centro-Sul do Paraná. É jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Laranjeiras do Sul e mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

O CECCM foi autorizado a funcionar pela resolução 1555/07 (SEED/PR, 2007), publicada no Diário Oficial nº 7.443 no dia 03 de abril de 2007. Tem seu nome em homenagem à Francisco Alves Mendes Filho – Chico Mendes, seringueiro e ecologista, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri no Acre, assassinado em dezembro de 1988. Com a Resolução 1555/07, a primeira Escola Itinerante do Paraná se consolida como Colégio Estadual do Campo, vinculando-se a rede estadual de ensino do Paraná.

O Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, a partir de sua vinculação a rede estadual de ensino (2007), até o final do ano letivo de 2016, funcionou em instalações provisórias como é destacado por um integrante da Comunidade Assentada.

O Colégio Chico Mendes é conhecido pela sua luta, ele iniciou lá na base, feito de lona e de chão batido, depois de madeira e penúltimo na estrutura que era o depósito da antiga empresa, teve também Colégio Chico Mendes na cidade por um ano e depois voltou pra mesma estrutura, foram dez anos de espera até construir a própria estrutura. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Fotografia 1 - Escola Itinerante (2003) 1º estrutura física – Quedas do Iguaçu PR



Fonte: arquivo do CECCM.

Retornar ao início de onde tudo começou, da Escola Itinerante à consolidação do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, exige acompanhamento histórico. Nesta trajetória verifica-se as muitas dificuldades enfrentadas, sobretudo por estudantes e professores.

No ano de 2004 eu e meu irmão mais novo fomos matriculados na Escola Itinerante. A Escola era de barracas de lona, era muito quente, as poucas janelas não eram suficientes para ventilar o espaço. Minha turma não tinha uma sala fixa, na maioria

das vezes estudávamos entre as estruturas dos “silos” ao ar livre, não tinha cadeira pra todos, sentávamos em troncos de árvores e o quadro era as paredes dos silos. Nesse período, as pessoas do acampamento assistia as aulas com a gente, a condição da educação que tínhamos não me formou menos, pelo contrário, éramos muito bem ensinados, aprendendo a viver e valorizar o coletivo e as pequenas conquista no acampamento. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

Fotografia 2 – Esquerda – Salas de aula da barracas de lona - Direita - Espaço improvisado



Fonte: arquivo do CECCM.

Se para melhor compreender uma prática que se estrutura em determinada trajetória histórica, é preciso uma retrospectiva que nos permita adentrar no movimento da história. Assim, destaca-se o depoimento de um egresso do CECCM:

Estudei no Colégio Chico Mendes no período de 2005-2007. Eu, meus colegas e os funcionários da escola passamos por momentos difíceis, tudo era com muita luta. Por três anos estudei em estruturas improvisadas, primeiro em uma estrutura arrodado de madeira e de chão batido, (sei que anterior a esta as aulas era debaixo da lona preta) depois estudei em um depósito de insumos, o qual foi utilizado por alguns anos até a conquista da estrutura física própria do colégio. Foi um período de muitas dificuldades, me lembro, os materiais escolares todos empoeirados, os cadernos não eram mais brancos, eram muito sujos pela poeira que subia do chão. Dividíamos as salas de aula com os animais do acampamento, tinha os cachorros, as galinhas que se aninhavam pelos cantos das salas, a questão da água, saneamento, tudo era um desafio. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

Fotografia 3 - Estrutura física arrodado de tabuas e de chão batido



Fonte: arquivo do CECCM.

Observa-se, para consolidar-se como CECCM, a primeira Escola Itinerante do Paraná passou por muitas dificuldades. E mesmo quando efetivada a transição de Escola Itinerante para rede estadual de ensino, o Colégio ainda teve que enfrentar por um grande período a ausência de infraestrutura, submetendo-se as condições, ou melhor, as não condições dispostas pelo Estado.

Fotografia 4 - Estrutura do CECCM por um período de seis (6) anos anterior a estrutura própria definitiva.



Fonte: arquivo do CECCM.

Entende-se que por alguns anos o Colégio permaneceu à mercê do abandono do Estado, com a questão de estrutura física, um fator determinante que de maneira contundente interferiu na condição do CECCM. Tal questão é ressaltada no depoimento de um dos estudantes:

A sensação é que o Colégio é sempre o último em tudo, o esquecido, parece que as autoridades se esqueceram de que há uma Escola e que é preciso dar suporte, por que ela não se auto-sustenta. Só pra construir essa Escola demorou tanto que a gente achava que nunca mais iam terminar de construir, a maioria desacreditava, muitos até dizia que só se fosse milagre, porque só começaram a construir e abandonaram [...] a gente não entende, as vezes a gente si pergunta se é porque o Colégio é no Assentamento, falta um pouco de tudo, falta lanche, os pais e os próprios professores que as vezes ajudam, se não a gente ficava sem, porque tem aluno que sai de casa sem comer [...] a gente espera que as coisas melhorem, agora que a gente tem uma estrutura própria, agora nós podemos dizer que temos uma Escola. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

Um dos integrantes da Equipe Pedagógica entrevistado, também relata as condições de dificuldades para a consolidação do CECCM.

Parece que a instituição simplesmente não existe, alguém precisa estar sempre cobrando, do contrário, os “responsáveis” pela educação esquecem que a escola existe. A sensação que se tem, a escola é a última em tudo, desde questões simples, como número adequado de funcionários, sempre é uma questão de briga, cada ano menos funcionários, tendo em vista que a demanda de alunos só tem aumentado. A sensação que se tem, quando a escola era Itinerante, as conquistas pareciam ser maiores, já que a luta era em massa, os pais interferir, corriam de atrás das coisas, agora eles ajudam, mas bem menos. Hoje o Colégio Chico Mendes se quer consegue abrir mais turma. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

A partir dos depoimentos, é possível inferir que se não ocorressem as lutas no âmbito do direito à educação, em especial a educação escolar, não se consolidaria o CECCM no Assentamento. A luta intermediada pelo MST no âmbito da Educação do Campo, conforme analisado anteriormente, se mostra fundamental na trajetória histórica do CECCM, assim como afirma um dos estudantes entrevistados:

É prazeroso poder fazer parte dessa história e ver o resultado das lutas, a gente sabe que muita gente enfrentou muita coisa pra esse Colégio acontecer, se ninguém lutasse pela educação provavelmente nem escola no Assentamento ia ter, por que a escola pra nós estudantes é tudo, é na escola que a gente busca meios pra se realizar futuramente e viver uma vida digna. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

Mencionado anteriormente, o CECCM, é fruto da luta do MST e carrega em sua trajetória uma árdua luta em seu processo de consolidação, tanto no sentido de reconhecimento, quanto na questão da garantia da infraestrutura necessária. Verifica-se, que por mais de uma década o Colégio funcionou em instalações improvisadas, seja pela construção de espaços construídos pelas famílias, seja pelas estruturas cedido pela Comunidade Assentada. Registra-se ainda, que o CECCM teve suas atividades, pelo período de um ano letivo, desenvolvidas em uma estrutura cedida pela prefeitura de Quedas do Iguaçu, situada no perímetro urbano do município, fora do Assentamento.

A inserção junto ao Assentamento Celso Furtado, a proximidade junto a realidade do CECCM e a pesquisa de campo realizada permitem afirmar que a concretização de todo o processo de construção do Colégio Chico Mendes foi extremamente lenta em relação a outras construções de prédios escolares. Foram aproximadamente 7 (sete) anos de espera desde que fora lançada a pedra fundamental no início da construção. Estudantes que na ocasião passavam pela situação precária de infraestrutura, sonharam com o dia em que usufruiriam da

nova estrutura, no entanto, muitos formaram-se no Ensino Médio sem poder desfrutar da tão esperada conquista.

Ainda para reafirmar esta questão da morosidade no processo de construção da estrutura física do Colégio, Lourdes Uliano¹⁹ destaca que,

O movimento em torno da construção do prédio escolar ocorreu antes mesmo da consolidação do Assentamento Celso Furtado. Quando foi realizado o PDA da área - Plano de Assentamento, onde seriam as propriedades das famílias, das comunidades, aí foi também definido um espaço para a construção do Colégio Chico Mendes. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

Quando consideradas as percepções em relação a construção do prédio escolar é de consenso entre os grupos entrevistados que o descaso foi total na realização da obra. Um dos integrantes da Comunidade Assentada que foi entrevistado destaca que:

A construção do Colégio Chico Mendes foi muito lenta, teve muita briga, discussão, um caso muito polêmico. As lutas foi feito, a comunidade sempre apoiou na medida do possível mas, o poder do Estado não foi tão bão com a gente, dexo jogado os alunos e os professor de um lado pra outro. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Da mesma forma, isso é expreso no depoimento de um dos estudantes, quando este afirma que, “Nós do terceirão podíamos ter aproveitado bem mais a escola nova se não fosse tanta enrolação, mas ainda vamos estudar um ano, agora muitos esperaram por isto, mas concluíram o ensino médio e a construção ainda não tinha sido pronta.”. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes). O que se confirma também no depoimento de integrante da Equipe Pedagógica o qual expressa que “A construção do prédio envolveu questões políticas, muita gente querendo aparecer, aproveitaram da situação para se beneficiar, muitas promessas e nisto, o tempo foi passando.”. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

Aproximadamente quatro anos pós conquista do Assentamento Celso Furtado, é iniciado o processo para viabilizar a construção do prédio escolar na Comunidade Renascer. Como pontua Lourdes.

Em 2009 foi lançado a pedra fundamental, em 2010 inicia a preparação do terreno para a construção e em 2011 ocorre o processo de licitação da empresa construtora, em 2012 foi determinado qual empresa construiria a estrutura e somente em 2013 que inicia as obras, mas o pior ainda estava por vir, a empresa deu início mas não conseguiu dar continuidade às obras vamos assim dizer, paralisando toda a construção, aí foram aproximadamente três anos, a obra parada, só então em 2016 é

¹⁹ Diretora do Colégio Chico Mendes desde 2007.

retomado a construção por outra construtora. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

Fotografia 5 – Esquerda - Princípio da construção – Direita - Obra paralisada



Fonte: arquivo do CECCM.

A Comunidade Assentada, bem como, a Comunidade Escolar, após toda a burocracia e o visível descaso do poder público aguardavam a conclusão da obra dadas as necessidades postas. O que esperava-se depois de muitas vindas e idas, lutas, conquistas e desilusões era um prédio próprio definitivo para escola. Um espaço digno de uma instituição de ensino, que não oferecesse riscos aos estudantes nem ao trabalho docente. No entanto, toda a expectativa foi interrompida surpreendendo a todos que aguardavam o prédio novo. Todos aqueles anos de luta de persistência pareciam findarem ali, no momento em que a empresa licitada não conseguiu dar continuidade na obra. Na ocasião de paralização da obra, o que chegou para a Comunidade Assentada foi de que “a empresa entrou em falência,” sendo necessário outra licitação, assim, foram aproximadamente mais três longos anos espera.

No período em que a construção do prédio ficou paralisada informações veiculadas pela página oficial da SEED/PR na rede mundial de computadores afirmavam que

[...] a Comunidade Escolar do Col. Est. Do Campo Chico Mendes aguardam ansiosos pelo recebimento da Unidade Nova do referido colégio. A mesma encontrava-se com sua construção parada desde 2013 com 41% da obra construída. Após articulação da antiga chefia do NRE de Laranjeiras do Sul Eliza Regina, no final do ano de 2015 a obra foi novamente licitada pelo Governo do Estado, tendo sua construção novamente iniciada em abril de 2016. (SEED/PR, 2016).

Já no ano de 2015, quando a obra novamente foi licitada, a estrutura cedida pela Comunidade Assentada, havia se deteriorado, encontrando-se sem condições de uso, fato que

impulsionou a atuação da justiça, por meio dos órgãos competentes, determinado a realização de uma reforma no prazo de 90 dias. No entanto, para que essa reforma fosse efetivada os estudantes, num total de trezentos e noventa e quatro (394), foram transferidos para uma estrutura cedida pela Prefeitura de Quedas do Iguaçu, localizada na periferia do perímetro urbano do município. Anteriormente ao acolhimento do CECCM, a estrutura cedida pelo município destinava-se ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), no bairro Entre Vilas, município de Quedas do Iguaçu, aproximadamente oito (8) quilômetros de distância de onde se localizava a estrutura do Colégio no Assentamento.

Fotografia 6 - O CECCM teve suas atividades pelo período de um ano letivo em estrutura cedido pela prefeitura na área urbana (2015)



Fonte: arquivo do CECCM.

No ano letivo de 2016, toda Equipe Pedagógica, professores e estudantes retornaram para a estrutura localizada na Comunidade Renascer, no Assentamento Celso Furtado. Estrutura esta, que mesmo por força de determinação judicial, obteve poucas reformas. Nesta ocasião mais precisamente em abril de 2016, é retomada a construção da estrutura nova que se encontrava paralisada.

Fotografia 7 – Retomada da construção do CECCM 2016



Fonte: arquivo do CECCM.

Com a retomada das obras, após longo período de paralisação, toda Comunidade Assentada estava ansiosa, na expectativa da construção da estrutura física do Colégio. Notícias veiculadas pela mídia local anunciavam a finalização da unidade do prédio escolar no Assentamento.

No município de Quedas do Iguaçu, no Centro Sul do Estado, será finalizada a construção da nova sede do Colégio Estadual Chico Mendes. O novo prédio vai atender a uma demanda antiga da Comunidade Renascer, pertencente ao Assentamento Celso Furtado, que esperava há nove anos por uma escola própria. Por quase uma década o colégio funcionou em prédios adaptados ou escolas cedidas pelo município. Com a nova unidade, alunos, professores e funcionários terão um espaço próprio e adequado para o ensino dentro de todas as normas técnicas de segurança. O colégio poderá atender até 2.200 alunos nos três turnos [...]. (Jornal Correio do Povo, 2016).

A divulgação da retomada da construção, bem como a presença dos construtores na obra, anunciava a possível conclusão do prédio, isso fez com que novamente a Comunidade Assentada revigorasse o sonho com a escola. Essa percepção foi expressa nas palavras da diretora do Colégio, em depoimento ao jornal local, acerca da retomada das obras: “Teremos uma estrutura adequada que vai melhorar e facilitar o nosso trabalho. Os alunos terão

melhores condições de aprender e os professores de realizar um bom trabalho pedagógico e isso vai resultar na qualidade da educação que queremos.”. (Jornal Correio do Povo, 2016).

No contexto histórico do CECCM o quadro abaixo sintetiza alguns momentos para construção e concretização do CECCM.

Quadro 1: Trajetória de construção do CECCM

| 2003 | 2007 | 2009 | 2011 | 2013 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|---|--|------------------------|--|--|-----------------------------|---|
| Inauguração da Escola Itinerante. Estrutura: barracas de lona | Escola Itinerante integra-se a rede Estadual de ensino, “CECCM” Estrutura: instalações improvisadas, cedida pela comunidade. | Lançada a pedra fundamental para construção do prédio escolar. | Processo de Licitação. | Início e paralização das obras com 41% da obra construída. | Obra novamente licitada. Ano em que o CECCM tem suas instalações improvisadas na área urbana | Reinício e término da obra. | Entrega da Estrutura, ainda não inaugurada. |

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante dos muitos percalços, a obra foi “concluída” o ano letivo de 2017 foi iniciado já na nova estrutura. Contudo, já no findar do ano letivo de 2017, verifica-se que ainda não houve a inauguração oficial do Colégio.

Fotografia 8 – Finalização e entrega da construção do CECCM



Fonte: arquivo do CECCM.

Apesar das inúmeras dificuldades vivenciadas em sua trajetória, o Colégio Chico Mendes se estabeleceu e, atualmente é o Colégio do Assentamento Celso Furtado que atende todos os quesitos de regularidade, como a nomenclatura, ensino fundamental e médio (completo) inclusive com uma estrutura física satisfatória e concluída, quando considerado todos os percalços de sua construção. Contudo, embora não seja o objetivo refletir sobre a condição do novo prédio, se coloca como relevante destacar elementos que retratam a realidade da estrutura física ocupada em 2017, assim como pondera um integrante da Equipe Pedagógica:

A estrutura física apresenta muitas falhas, irregularidades, (ventiladores que soltam das paredes, os quadros, na sua maioria são ondulados, infiltração nos banheiros, fiação errada...), foi recebido a estrutura, no entanto, os problemas já aparecem. Tudo isso se coloca como desafios a serem resolvidos e que demandam recurso econômico. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

A construção do novo prédio escolar veio com a satisfação de mais uma conquista efetivada por meio da luta da Comunidade Assentada e da Comunidade Escolar. Porém, com ela se apresentam novos desafios tanto de cunho físico-estrutural, como de caráter pedagógico. Essa compreensão é expressa no depoimento de um dos integrantes da Equipe Pedagógica:

É importante destacar que toda a estrutura do CECCM foi realizada com muitas dificuldades, muitas lutas, muitos anos de espera, no entanto ela não é suficiente para garantir a educação, já existem cobranças da parte dos responsáveis da educação em relação a nova estrutura, no sentido, “estrutura nova” demanda mais desenvolvimento, mais resultados. A estrutura física contribui, no entanto, não dá subsídios necessários em termos de desenvolvimento (salas lotadas, alunos com dificuldades de aprendizado, não possui transportes que possibilite o contra turno). Possui a estrutura, porém não possui meios, equipamentos necessários para o desenvolvimento pedagógico, “resolveu” a problemática do prédio, mas existe outros problemas a serem resolvidos. As dificuldades persistem no CECCM, não há como desenvolver projetos, agora que possui salas disponíveis, os projetos foram cortados. Há várias limitações que impossibilitam o desenvolvimento do estudante. É visível o descaso do poder público. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

A partir deste depoimento, identifica-se que apenas a conquista da estrutura física não basta, são muitas as questões a serem resolvidas em regime de urgência, tanto da estrutura, que a obra não deu conta de resolver, quanto pedagógicas. Em ambas as questões há problemas que se apresentam como um desafio, problemas visíveis (físico-estrutural) e outros não tão aparentes (burocráticos).

Diante dos desafios, a Equipe Pedagógica em conjunto com os estudantes e com a Comunidade Assentada busca no futuro perspectivas melhores, mesmo compreendendo que o processo é perpassado por dificuldades, que poderão ser superadas no decorrer dos anos. Neste sentido, a Comunidade Assentada, ou parte dela que manteve sua vinculação orgânica com o MST, objetiva para o futuro do CECCM o resgate dos princípios do MST visto que todos os estudantes são oriundos de famílias assentadas.

É preciso retomar aos poucos os princípios do MST na escola, trabalhar as origens dos assentados, a origem dos próprios alunos, tem que resgatar a luta, a escola já vinha tentando mudar o jeito tradicional de educação, agora ainda mais, pelo fato de todos os alunos do Assentamento estudá no Assentamento, (menos o EJA e o magistério) [...] busca pro Colégio a construção de um espaço onde possa ser cultivado alimentos pra própria escola, onde os alunos possam ter um ensino diferenciado, aprendendo com a terra, pra isto vamos contar com o conhecimento e a participação dos pais e dos técnicos que temos dentro do Assentamento. Também pretende-se o projeto do laboratório de informática que tá em andamento, pra que os estudantes do Assentamento não fiquem pra traz em nada, a luta é pra que tudo seja o melhor pra nossos estudantes. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Já os estudantes, por sua vez, visualizam a necessidade de cursos e também aulas noturnas no CECCM dando ênfase na educação dos pais que não têm ou não tiveram oportunidade de estudar.

Agora que temos bastante espaço e uma estrutura nossa, precisamos de cursos no CECCM, assim, a gente não precise sair do assentamento, ir pra cidade, fazer magistério por exemplo, não apenas pra os filhos dos assentados mas para que todos no assentamento possam ter oportunidade de estudar [...] espera que com a estrutura nova os estudantes possam ter mais qualidade no aprendizado e principalmente valorizar e levar em consideração a luta para garantir a estrutura do Colégio. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

Os integrantes da Equipe Pedagógica entrevistados, também evidenciam as mesmas perspectivas, no sentido de aumentar o número de projetos para uma futura escola integral, aulas noturnas, cursos técnicos profissionalizantes. Ainda na parte estrutural, destacam a necessidade de mobília para o prédio já que há apenas carteiras e cadeiras, entendendo que a ampliação do mobiliário é elemento básico, porém, essencial no exercício pedagógico.

No desenrolar histórico, no travar das lutas, verifica-se a presença de vários sujeitos como os pais (Comunidade Assentada), professores e os próprios estudantes que somam na luta, visualizando sempre as conquistas. Verifica-se neste sentido a importância destes sujeitos na constituição e consolidação da Comunidade e principalmente do CECCM. Desta

forma, toma-se o depoimento de um integrante da Comunidade Assentada, que ressalta o sentido e a participação dos pais no contexto educacional.

De acordo com o número de alunos no Colégio Chico Mendes, ainda tem pouca participação dos pais. Os estudantes que mais precisam de acompanhamento da família, são os pais que não aparece nas reunião, nem quando são chamados pra ir na escola, não vão, aí tá o resultado da indisciplina na escola e o resultado aparece no boletim. [...] nós da comunidade vemos que precisa de mais entrosamento entre pais, alunos e os professores, aí seria bem melhor, mas ainda falta, principalmente com os professores, nem todos conseguem enxergar a realidade do Assentamento, não cedem a um trabalho diferenciado voltado pra realidade do aluno, a comunidade espera que o trabalho pedagógico mude, pelo contrário, a comunidade os pais vamos exigir que alguns que se diz professor que se retira do colégio da educação dos nossos filhos. (Depoimento de entrevistado do Grupo B – Comunidade Assentada).

Já na análise dos estudantes, observa-se que estes consideram que os professores os veem com bons olhos, que sempre os apoiam e fazem o possível para o bem de todos os estudantes do Colégio. No entanto, ainda de acordo com o depoimento do estudante entrevistado, a reciprocidade não ocorre.

Os professores incentivam a gente, no sentido que os alunos tem que aproveitar o momento de estudo em sala de aula, mas os alunos não se mostram interessados em nada, parecem que tão na escola obrigados, acredito que um pouco vem de casa, se os pais não tão nem aí pra educação dos filhos, eles muito menos, porque eles não intendem, não valorizam a educação. Os pais deveriam demonstrar interesse, apoiar os filhos, mas não, alguns só aparecem na escola pra renovar a matricula. Os poucos alunos interessados em contribuir com algo são os que estão no Grêmio Estudantil, os outros, não se envolvem, sempre desinteressados de tudo. Tem pai que acompanha os filhos direto na escola, nesses alunos a gente percebe a diferença, pena que esses pais ainda são a minoria. (Depoimento de entrevistado do Grupo A – Estudantes).

No depoimento de um dos membros da Equipe Pedagógica, no processo de luta pela conclusão da obra do novo prédio escolar, houve a retomada da participação dos pais, no entanto, esta ainda tem se expressado pouco, entendendo que a participação dos pais no ato educacional é de extrema relevância. Em síntese, o corpo pedagógico afirma.

A participação dos pais tem sido boa, mas não 100%, a APMF tem ajudado, estão sempre prontos, porém, são tímidos, nunca propõem, sempre esperam que a direção tome a iniciativa Os professores participam, mas há críticas quando proposto atividades diferenciadas, muitos presam pelo tradicional. Muitos ainda possuem estilo militarista em sala de aula, não dão abertura para uma dinâmica diferente em sala de aula. (Depoimento de entrevistado do Grupo C – Equipe Pedagógica).

Demonstrado de forma concisa no transcórre deste capítulo, a análise sobre a conquista do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes remete a uma trajetória de lutas, conflitos e conquistas. Ressalta-se que, a questão educacional especificamente no

Assentamento Celso Furtado emerge da luta dos trabalhadores que almejam à concretização plena do direito à educação escolar onde vivem, sobretudo, a educação *do e no campo*.

Considerando a conquista da estrutura física do prédio escolar do CECCM, destaca-se a importância do espaço escolar adequado, para além das atividades pedagógicas cotidianas, registra-se que nos dias 07 e 08 de julho de 2017, o Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, já em sua nova estrutura, abrigou os cerca de duzentos (200) educadores e educadoras das demais escolas de Assentamentos da região, com a realização do VII Encontro Regional dos/as Educadores/as das Áreas de Reforma Agrária da Região Centro do Paraná. Destaca-se que a realização de tal atividade seria impossível na estrutura anterior.

Ressalto, não somente a conquista do CECCM, mas outras tantas conquistas mediadas pelo MST que reforçam a seriedade em sermos ousados indo em sentido inverso ao do sistema vigente de educação. Assim, entende-se a luta como princípio fundamental para as novas conquistas e como expressão deste novo momento do CECCM amplamente analisada neste trabalho, tem-se o processo inicial de constituição do Colégio Chico Mendes em uma possível Escola Base²⁰ das Escolas Itinerantes na Região Centro do estado do Paraná. Elemento este que coloca um conjunto de possibilidades e desafios na continuidade de uma trajetória histórica no âmbito da luta pelo direito à educação escolar, bem como, abre um leque de questões que incitam a continuidade da pesquisa.

²⁰ Dado a situação de itinerância, tem-se a Escola Base oficial onde permanecem toda parte documental e pedagógica. Atualmente o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, localizado no município de Rio Bonito do Iguazu é a Escola Base das demais Escolas Itinerantes da Região Centro do Paraná.

5 CONSIDERAÇÕES

No contexto de luta, de idas e vindas, Silva, Felipe e Ramos (2012), em suas análises contribuem ao ressaltar elementos que permitem compreender as questões envolvendo o CECCM, o descaso, a desigualdade, que se refere à efetivação de direitos, são grandes obstáculos ao processo educacional. Considerando a realidade do CECCM, assim como para a maioria dos estudantes que vivem no campo, faltam elementos fundamentais. Mesmo a instituição escolar existindo na realidade do campo, dada a efetiva demanda dos estudantes, porém, muitas vezes, como expresso na realidade do Colégio Chico Mendes, a escola existe sem o devido amparo com estrutura física, ou seja, “[...] A escola “rural”, quando existe, acontece com uma infraestrutura precária e uma visível desqualificação profissional, derivada claramente do abandono do estado, com pouco ou nenhum investimento e definição de políticas públicas”. (SILVA; FELIPE; RAMOS, 2012, p. 420-421).

Essa realidade expressada nos argumentos de Silva, Felipe e Ramos (2012), toma concretude na realidade do Assentamento Celso Furtado, e principalmente na realidade vivenciada cotidianamente pelos estudantes e professores do CECCM. Contudo, a reivindicação, a luta, os percalços e a conquista da estrutura física do Colégio Estadual inseriu-se de maneira objetiva na luta pelo direito à educação, na formulação e concretização da proposta educativa do MST e na luta por uma Educação do Campo.

Na perspectiva da Comunidade Assentada, a conquista da estrutura física do Colégio Estadual permitiria avanços na condição pedagógica, incidindo de maneira contundente numa realidade que assola as escolas do campo, refletida na compreensão de que, o fato de a escola estar localizada no campo sem condição física, determina a não necessidade de preocupação pedagógica.

Contudo, os fatos ocorridos na realidade analisada, evidenciam que a garantia dos direitos, e aqui em questão, os direitos educacionais dos povos trabalhadores do campo, quase não se efetua e quando se realizam ocorrem de forma lenta e descompromissada por parte do Estado, e se figuram como fruto da pressão, da capacidade organizativa e de luta dos sujeitos que reivindicam seus direitos. Isso se verifica na trajetória histórica do CECCM, na qual o Estado assumiu formalmente a escola, integrando-a a rede estadual de ensino, porém “negou” por mais de uma década elementos fundamentais para a viabilidade de um ensino de qualidade, de acordo com as reivindicações e lutas do MST, das próprias famílias acampadas e depois assentadas, expressões da luta por uma Educação do Campo no Paraná e no Brasil.

Estudar por mais de uma década em estruturas improvisadas é uma condição que muitas vezes se colocou como insustentável. A demora na construção da obra sem dúvida alguma levou ao êxodo de muitos estudantes, saindo do campo indo estudar nas escolas urbanas. A estrutura cedida pela Comunidade Assentada, em dado momento, não foi mais suficiente, tornou-se um risco para os estudantes e funcionários.

Na condição em que a estrutura²¹ se encontrava, o trabalho pedagógico tornou-se impraticável, cada vez mais os pais se convenciam de que o dado espaço escolar tornara-se um risco aos filhos. Houve inúmeras transferências dos estudantes para área urbana devido a situação. Considerando essa situação, a Comunidade entendeu que a estrutura de fato oferecia alto risco aos estudantes e funcionários que diariamente viviam a tensão de que, a qualquer momento a estrutura pudesse desabar. Com tal compreensão da Comunidade Assentada, as autoridades foram pressionadas e a estrutura foi submetida a uma reforma que, no entanto, levou a mudança da instituição para o perímetro urbano, já que a construção do prédio novo ainda permanecia paralisada.

Uma questão que se aflorou neste processo de reforma da estrutura cedida pela Comunidade, foi o porquê de não realizarem as reformas no período de férias. Com o deslocamento dos estudantes para uma estrutura localizada na área urbana do município colocava-se em cheque toda a luta para ter a escola no Assentamento. Neste contexto, a possibilidade e a perspectiva de estudar onde se vive, ou seja, no Assentamento, por vezes, foi ameaçada. Situação esta, totalmente contrária às reivindicações e a luta por uma Educação do campo. As lutas, as reivindicações pareciam terem sido tudo em vão.

Considera-se que a estrutura física não é tudo, mas contribui para dinamizar o processo pedagógico. No processo de pesquisa, tal compreensão foi expressa de forma explícita pelos Estudantes, pela Comunidade Assentada e pela Equipe Pedagógica, que através de seus depoimentos afirmaram suas expectativas quanto ao futuro do Colégio, o que não deixa de trazer consigo um conjunto de desafios já evidenciados.

No âmbito do reconhecimento da trajetória histórica do CECCM, no dia 13 de julho de 2017 o mesmo foi homenageado entre os cidadãos honorários de Quedas do Iguaçu. A solenidade ocorreu na Câmara Municipal de vereadores em uma sessão extraordinária, contando com a presença da Prefeita, do Vice Prefeito e de todos os Vereadores do município. A sessão teve como objetivo homenagear os cidadãos honorários do Município, dentre estes, o CECCM teve também seu reconhecimento de luta, sendo homenageado com um

²¹ Algumas questões que identificam a situação precária da estrutura, rachaduras significativas, parte do teto desabado, conseqüentemente a chuva contribuía para o mofo e outros.

documentário²² dos principais momentos e etapas vivenciadas pelo Colégio. Em seguida foi entregue a diretora Lourdes Uliano, e ao representante da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o certificado de reconhecimento. Foi um momento emocionante para toda Comunidade Escolar.

Neste contexto, os elementos apresentados e sistematizados a partir da presente pesquisa, estando relacionados à análise da trajetória histórica do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes no âmbito da luta pelo direito à educação escolar, nos permitem uma reflexão, em que o processo de luta e também conquistas do CECCM não começa nem tampouco termina em um texto, continua, basta olharmos em retrospecto para ver onde chegamos e como tudo pode ter continuidade. (CALDART, 2004, p. 407)

A análise aqui expressada busca um olhar sobre o processo histórico, que dá base para um processo de formação, movido pela luta coletiva, centrada em questões profundamente vinculadas às raízes dos sujeitos “[...] que realizam anonimamente a história.” (ROCKWELL; EZPELETA, 2007, p.133) e que a continuarão depois.

Em uma trajetória de aproximadamente 10 anos, na realidade do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, o trabalho pedagógico escolar permaneceu em espaços improvisados, indo na contra mão do que é assegurado pela lei, que afirma o direito a uma educação que seja de qualidade (HADDAD, 2012). Estudar em locais com condições adversas sem dúvida alguma desestimula ou faz com que os estudantes migrem para outras instituições, e do mesmo modo, contribui para um total afastamento do estudante e da comunidade da escola.

Refletir sobre a trajetória vivenciada pelo CECCM, dentre outros fatores, possibilitou dar visibilidade aos sujeitos, agentes históricos, muitas vezes esquecidos. A escolha desta questão, dentre outras, se vincula ao fato de considerar ser fundamental analisar as relações de direito, a atuação dos entes federados (Federal, Estadual e Municipal), bem como, as transformações vividas pela Comunidade Assentada e pela Comunidade Escolar que dá a base de sustentação do CECCM.

Prestes a completar 12 anos de sua constituição, no Assentamento Celso Furtado, verifica-se muitas mudanças, apresentando melhorias significativas, quando consideradas as condições em que as famílias viviam no início do Acampamento (2005) e as que vivem atualmente no Assentamento (2017). Considerando esse processo, vislumbra-se uma transformação radical.

²² Produção: João Muniz.

No que diz respeito a situação econômica dos assentados, houve melhoras significativas. Outro elemento de avanço se processa no âmbito da educação, vista como fundamental e de direito aos sujeitos que vivem no campo. Como descrito e analisado no decorrer deste trabalho, o CECCM construído na luta das famílias Sem Terra, surgiu como Escola Itinerante, na condição precária de barracas de lona; passou por salas cercadas de tábuas e cobertura de “Eternit”; foi viabilizada em estrutura cedida pela Comunidade Assentada; ocupou estrutura precária cedida pelo município fora do Assentamento; até a conquista definitiva da nova estrutura física.

Neste processo, no âmbito da luta pelo direito à educação, algumas questões vão se evidenciando na trajetória de luta e conquista do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, dentre elas destacamos: A educação nos moldes governamentais supre as necessidades dos educandos no Assentamento? Os educandos e suas necessidades formativas são amparadas devidamente com ensino e infraestrutura de qualidade?

Mesmo compreendendo que o aprendizado pode se dar em qualquer espaço, indiferente das condições, afirma-se o direito de crianças e adolescente a espaços de aprendizado com condições adequadas, interessantes, e que impulsionem a curiosidade.

Na contemporaneidade, a escola é considerada um dos principais elementos do ambiente social da criança e tem importante papel na sua formação. No entanto, o que se pode perceber no Assentamento Celso Furtado, especificamente no CECCM, é o fato de que os direitos atribuídos, foram amplamente desrespeitados, dando a entender o abandono e a desvalorização dos sujeitos estudantes pelas políticas públicas.

Contudo, na contramão desde descaso do poder público, expresso na morosidade de construção da estrutura física adequada, se coloca a luta organizada das famílias pertencentes ao MST e ao Assentamento Celso Furtado, que a partir da necessidade e da obrigatoriedade de ter seus filhos estudando, os colocam em um movimento contínuo de luta pela efetivação do direito à educação escolar de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012.
- CALAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes. Campinas, Vol. 25, n. 66, p. 227-247, 2005. Disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br> >
- CALDART, Roseli Salete. Nada começa nem termina: continua. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, editora Expressão Popular, 2004.
- _____. Sobre a Educação do Campo. In. SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por uma Educação do Campo nº 7.
- _____. Educação do Campo In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. 259 .
- CECCM – Colégio Estadual do Campo Chico Mendes. **Projeto Político Pedagógico**. Quedas do Iguaçu, PR: SEED/PR, 2014.
- _____. Foto. 1 álbum (38 fot.)
- DALMAGRO, Sandra Luciana. A Escola no contexto das lutas do MST. In: VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira. (Orgs.). **Escola e Movimento Social: experiências em curso no campo brasileiro**. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – 21ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- DUARTE, Clarice Seixas. A Constitucionalidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In. SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por uma Educação do Campo nº 7.
- ESCOLA Itinerante leva conhecimento à crianças acampadas. **Jornal Sem Terra**. São Paulo. P. 6 nov. de 2003. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4718> > acesso em 05/11/2017.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. p. 498.

FREIRE, Paulo. Não há docência sem dicência. In: **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 23

HADDAD, Sergio. Direito à Educação. In: CALDART, Roseli Salette; Pereira, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 216-217.

KNOFF, Jurema de Fatima. **A relação entre o MST-PR e o Governo Roberto Requião: análise da política da Escola Itinerante (2003 – 2010)**. – 2013. 155 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

Escola Itinerante leva conhecimento à crianças acampadas. **Jornal Sem Terra**. São Paulo. P. 6 nov. de 2003. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4718> > acesso em 05/11/2017.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. **Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. E.P.U. 1986.

MARTINS, Fernando José. **Educação do Campo: processo de ocupação social e escolar**. In: Proceedings of the 2nd II Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2008. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n2/06.pdf>

MEC/CNE/CEB. Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012

_____. Resolução nº 1, de 03 de abril de 2002. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: SECADI, 2012.

MENDES, Marciane Maria; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. Professores da Escola do Campo e Diretrizes Curriculares: problematizando os espaços de produção do currículo. In: **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional** (Curitiba. Impresso), v. 4, n.8, p. 220-245, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. – 21ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do direito à Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – Educação**. Brasília: INCRA; MDA, 2008. Coleção Por uma Educação do Campo nº 7.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2012. 326-333.

MST. Como fazer a escola que queremos. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

_____. O que queremos com as escolas de assentamentos. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

_____. Como deve ser uma escola de assentamento. In: ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. **Dossiê MST-Escola: documentos de estudos 1990-2001**. – Veranópolis, ITERRA, 2005.

MST; SEED/PR. Histórico da Escola Itinerante no estado do Paraná. In: MST; SEED/PR. **Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências**. – Curitiba: SEED; MST, 2008. (Cadernos da Escola Itinerante – MST, Ano VIII, nº 1, abril de 2008).

NAGAE Bárbara. **Colégio Estadual Chico Mendes: Um olhar Histórico-Político sobre a Educação**. 15 f. artigo (Mestrado em educação) UNIOESTE, Paraná Cascavel.

ROCKWELL, Elsie; EZPELETA, Justa. A ESCOLA: relato de um processo inacabado de construção. In: **Currículo sem fronteira**, v. 7, n. 2, p. 131-147, Jul/Dez 2007. Disponível em: www.curriculosemfronteira.org

SEED. **Departamento de Diversidade da Secretaria de Estado da Educação(SEED)**

Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/noticias/article.php?storyid=42>
 2 acesso em: 25 de março 2014.

SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação. **Jornal Correio do Povo**. Disponível em: (<https://www.jcorreiodopovo.com.br/noticia/quedas-tera-novo-predio-para-colegio-chico-mendes>) acesso em: 05/02/17

SILVA, Ana Paula Soares; FELIPE, Eliana da Silva; RAMOS, Eliana da Silva. In: CALDART, Roseli Salet; Pereira, Isabel Brasil, ALENTEJANO Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 420-421.

SILVA, Sônia Paula. **Registro da Inauguração da 5ª a 8ª serie, 16/02/2004**. – Registro Pessoal, mimeo. Quedas do Iguaçu, PR, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação e Cidadania nos Assentamentos de Reforma Agrária: projeto, possibilidades e limites. In: **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, v. 10, 2002. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/14/11

STÉDILE, João Pedro; MANÇANO. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

VERDÉRIO, Alex; BORGES, Liliam Faria Porto. **Estado, Educação e luta de classes:** a luta por uma Educação do Campo. 2010. Disponível em:

[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/05_04_06_ESTADO, EDUCACAO E LUTA DE CLASSES A LUTA POR UMA EDUCACAO DO CAMPO.PDF](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_e_Movimentos_Sociais/Trabalho/05_04_06_ESTADO,_EDUCACAO_E_LUTA_DE_CLASSES_A_LUTA_POR_UMA_EDUCACAO_DO_CAMPO.PDF)

APÊNDICE A – Questões da Pesquisa de Campo

I – Marco Situacional

- 1) Destaque e comente elementos sobre o processo de conquista e consolidação do Assentamento Celso Furtado.
- 2) Destaque e comente elementos sobre o processo de conquista e consolidação do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes – Escola Itinerante e Escola de Assentamento.
- 3) Como é visualizada a Escola do Assentamento no âmbito da luta pelo direito à educação?
- 4) Destaque e comente as percepções sobre o processo de construção da estrutura física do Colégio Estadual do Campo Chico Mendes?

II – Perspectivas Futuras

- 5) Que desafios podem ser identificados com a conquista da nova estrutura física do Colégio? Comente.
- 6) Que perspectivas estão postas para continuidade da garantia do direito à educação na realidade do Assentamento Celso Furtado e do Colégio Chico Mendes?
- 7) Como pode ser visualizada a participação dos diversos sujeitos neste processo?

ANEXO A – Matéria sobre a inauguração da Escola Itinerante Chico Mendes (JST, 2003)

ESTADOS

6 | JORNAL SEM TERRA – NOVEMBRO 2003

Paraná

Escola Itinerante leva conhecimento às crianças acampadas

No dia 30 de outubro foi inaugurada a primeira Escola Itinerante do Estado, no Acampamento José Abílio dos Santos, na cidade de Quedas do Iguaçu. A escola, que começa com a matrícula de 660 crianças deste acampamento, do pré à 4ª série do primeiro grau, terá um calendário escolar próprio, de acordo com a vida do acampamento.

A Escola Itinerante tem por objetivo solucionar os problemas educacionais enfrentados pelas famílias acampadas e garantir a escolarização para as crianças, jovens e adultos dos acampamentos, além de prosseguir no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, pois o acampamento é um tempo de espera; muitas vezes muda de local, fazendo com que as crianças fiquem um período sem aula.

O ato de inauguração contou com a presença do Secretário de Educação, Maurício Requião; do superintendente do Incri no Estado, Celso Lacerda; da representante da Coordenação de Educação do Campo da Secretaria de Educação Sonia Schendeler; Luciana Rafagnin, deputada estadual, e de centenas de famílias acampadas e assentadas da região de Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu.

As atividades se iniciaram com a mística, que trouxe alimentos e livros, simbolizando a importância de se produzir alimentos e conhecimento, além da neces-



Inauguração Escola Itinerante – Acampamento Cilo - Quedas do Iguaçu – Paraná

sidade de se romper com o latifúndio da terra, do saber e tantos outros que existem. Em seguida, o Coral Filhos da Terra, da Escola Iraci Salete Strozake, do Assentamento Ireno Alves dos Santos, fez uma apresentação cantando as músicas Cio da Terra, Flório e Certos Amigos (música que gravou no CD Terra e Campo em Canto). Também foi relembrada a história do latifúndio da Araupel (o maior da região Sul do Brasil), onde, a partir da organização das famílias, foram conquistados, em 1998, 27 mil hectares de terra. Durante seu discurso, o secretário Maurício Requião reafirmou que a Escola Itinerante e a conquista das terras do latifúndio Araupel é uma conquista das famílias organizadas e que a educação

adotada pelo MST é um exemplo para o Brasil.

A idéia de se criar uma escola deste tipo surgiu de uma experiência realizada pelo MST-RS. A partir daí, o Setor de Educação do Movimento no Estado iniciou uma discussão com o Secretário Estadual de Educação, Maurício Requião, para a criação de uma Escola Itinerante que atendesse às crianças sem terra. Itinerante quer dizer que é uma escola em movimento, que acompanhará o acampamento. Para onde ele for, a escola irá junto. Por isso, os educadores são do próprio acampamento. O seu funcionamento se dará em tempo integral, sendo uma parte do dia com aulas normais e outra parte do dia com oficinas e aulas de reforço dentro dos temas discutidos pela escola.

Escola Itinerante leva conhecimento às crianças acampadas. **Jornal Sem Terra**. São Paulo. P. 6 nov. de 2003. Disponível em: < <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4718> > acesso em 05/11/2017.

ANEXO B – Registro Inauguração da 5ª a 8ª série, 16/02/2004 (SILVA, 2004)

"Inauguração da 5ª a 8ª série"

Quando falamos de nossas conquistas queremos dizer registradas nos marcos da história do nosso assentamento as conquistas gloriosas do Setor da educação.

No dia 1º de junho de 2003, ainda na PR 158 conquistamos com muito esforço e dedicação o coletivo do 8ª, que apesar de suas dificuldades vem se mantendo de maneira firme e presente.

Outros sonhos idealistas já estavam sendo aflorados e alimentados por um desejo forte e ardente de espalhar saber.

Nascia então um pequeno coletivo deslumbrado com a possibilidade de se fazer real mais uma conquista.

Muito trabalho e voluntarismo, num espírito militante e desbravador, inauguramos então no dia 30 de outubro de 2003 a tão sonhada Escola Itinerante.

Contamos com a presença do secretário de Educação Maurício Requena, o superintendente de Anora Fábio Lacerda e outras figuras importantes do setor da educação.

No dia 09 de dezembro de 2003, um

marco crucial: marca de marinha vitória
riosa e nesse jeito.

Finalmente nossa escola foi aprovada
pelo ~~Estado~~ ^{Governo} do ~~Estado~~ ^{Estado}, por um período
experimental de dois anos.

É mais uma vez queremos deixar
como legado as novas graças que
você a nossa mais recente conquista.

A etapa de 5ª a 8ª série que dar-
á início as aulas no dia 16 de fevereiro
de 2004.

Queremos registrar que esta não é uma
conquista de um coletivo isolado, mas de
um povo que luta, que sonha e que
idealiza um mundo melhor.

Essa vitória só foi possível graças
as forças que se somaram, as mães
que se apoiaram e a um povo que
merece viver com igualdade, digni-
dade e respeito.